



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

YASMINE MENDONÇA DA SILVA PEREIRA

**EM DEFESA DE UMA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO FEMINISTA: O LEGADO
ILUMINISTA DE MARY WOLLSTONECRAFT**

Brasília

2025

YASMINE MENDONÇA DA SILVA PEREIRA

**EM DEFESA DE UMA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO FEMINISTA: O LEGADO
ILUMINISTA DE MARY WOLLSTONECRAFT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade de Brasília como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Araújo Reis

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr^o Cláudio Araújo Reis

Prof^a Dr^a Maria Cecília Pedreira de Almeida

Prof^a Dr^a Jacira de Freitas

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Tânia.

Dedico a ela este trabalho, e todos os outros que virão. Todas as minhas pequenas e grandes conquistas sempre serão dela, por ela, e para ela. Agradeço-lhe todos os dias por acreditar em mim e por nunca me deixar, em hipótese alguma, desistir dos meus sonhos.

Ao Apolo, meu companheiro de quatro patas que, por motivos óbvios, nunca lerá a presente pesquisa, mas participou em todos os momentos que a escrevi.

A todas as mulheres que não conseguiram alcançar os seus sonhos no meio acadêmico ou intelectual, seja pelas barreiras externas ou internas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio Araújo Reis pelas recomendações, pelo apoio, e compreensão durante esse período.

Ademais, gostaria de agradecer a todos os professores que passaram pelo meu caminho, em especial à Prof^ª Dr^ª Gestine Cássia Trindade, que não se encontra mais nesse plano material, mas foi o meu primeiro modelo de docente universitária e me incentivou a enveredar-me pelos caminhos da Filosofia.

Aos meus professores da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial ao Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra, por ter sido meu orientador nos seus projetos de Iniciação Científica durante praticamente toda a graduação, na qual pude me aprofundar na área da Filosofia Política; ao Prof. Dr. Alessandro Pinzani, que me apresentou Mary Wollstonecraft ainda no primeiro ano de graduação e que me inspirou com sua excelente didática; à Prof^ª Dr^ª Nícia Luiza Duarte da Silveira, pelas mensagens carinhosas, pelo exemplo e incentivo a seguir o caminho da docência. Aos professores: Prof^ª Dr^ª Franciele Bete Petry, Prof. Dr. Cleber Duarte Coelho e Prof. Dr. Jason de Lima e Silva, que não fazem ideia do quanto me ajudaram na minha formação como docente em Filosofia durante a graduação, promovendo debates instigantes sobre Filosofia da Educação, os quais me influenciaram a seguir esta área.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação e aos professores da UnB, especialmente ao Prof. Dr. Fernando Ribeiro de Moraes Barros e ao Prof. Dr. Alexandre Hahn, que me auxiliaram e apoiaram durante esse percurso, principalmente em assuntos burocráticos.

Um agradecimento especial à Prof^ª Dr^ª Maria Cecília Pedreira de Almeida, que me orientou durante o Estágio Docência do Mestrado, apresentando-me novos autores e autoras

com sua excelente didática e, não menos importante, por ter aceitado participar da minha banca.

À Prof^a Dr^a Jacira de Freitas, pelas preciosas colaborações na minha banca, generosidade e por ter aceitado fazer parte deste processo;

À CAPES, por ter sido bolsista durante a maior parte da minha preparação, condição indispensável para que eu pudesse finalizar este trabalho.

À minha mãe, Tânia.

RESUMO

Na Inglaterra oitocentista, fortemente influenciada pelos movimentos na França, Mary Wollstonecraft (1759-1797) torna-se uma grande ativista política, pondo em pauta a ausência da mulher na esfera pública. A Europa Iluminista forneceu um ambiente propício e os instrumentos intelectuais à causa feminista com a ideia de progresso, liberdade, educação e, acima de tudo, a primazia da razão. Entretanto, a filósofa inglesa revela as tensões de seu tempo: enquanto o avanço racional impulsiona as reformas políticas, salientadas por ela em seu escrito de 1790, *Vindication of the Rights of Men*, há uma onda conservadora, como a proposta do político Edmund Burke, que resiste aos direitos femininos, invocando uma suposta “natureza inferior” das mulheres para justificar sua subordinação. Esta crítica, revela a autora, expõe como o progresso iluminista foi seletivo, ignorando a necessidade de uma reforma que reduzisse as desigualdades estruturantes da sociedade oitocentista e da perpetuação da dependência feminina. Wollstonecraft, ao denunciar os traços de caráter supostamente naturais das mulheres reiterados em diversos escritos filosóficos, como apresentado no Livro V da obra de Jean-Jacques Rousseau, *Emílio ou Da Educação* (1762), a autora expõe como o próprio movimento iluminista buscou interromper o progresso da virtude na sociedade, enfatizando que essa só seria plenamente desenvolvida a partir do uso correto da razão. À luz deste argumento, em sua segunda reivindicação, intitulada *Vindication of the Rights of Woman* (1792), observa-se que uma educação deficitária para as mulheres acarretaria diretamente sua incapacidade de serem boas cidadãs. A presente dissertação de Mestrado tem o objetivo de apresentar o legado desta filósofa inglesa na Era Moderna, bem como apresentar a sua defesa de uma educação pública universal e salientar o seu caráter revolucionário ao dar os primeiros passos para a construção de uma Filosofia da Educação com perspectiva feminista.

Palavras-chave: Filosofia da Educação; Mary Wollstonecraft, Feminismo.

ABSTRACT

In nineteenth-century England, strongly influenced by the movements in France, Mary Wollstonecraft (1759-1797) became a prominent political activist, bringing to the forefront the absence of women in the public sphere. Enlightenment Europe provided a conducive environment and intellectual tools for the feminist cause with the ideas of progress, liberty, education, and, above all, the primacy of reason. However, the English philosopher revealed the tensions of her time: while rational advancement propelled political reforms, as emphasized in her 1790 writing, *Vindication of the Rights of Men*, there was also a conservative wave, represented by the politician Edmund Burke, which resisted women's rights by invoking a supposed "inferior nature" of women to justify their subordination. This critique, the author reveals, exposes how Enlightenment progress was selective, ignoring the need for reform that would reduce the structural inequalities of nineteenth-century society and the perpetuation of female dependence. Wollstonecraft, by denouncing the supposedly natural traits of women reiterated across various philosophical writings, as presented in Book V of Jean-Jacques Rousseau's work *Emile, or On Education* (1762), exposes how the Enlightenment movement itself sought to interrupt the progress of virtue in society, emphasizing that virtue would only be fully developed through the correct use of reason. In light of this argument, in her second vindication, titled *Vindication of the Rights of Woman* (1792), it is noted that deficient education for women would directly result in their inability to be good citizens. This Master's dissertation aims to present the legacy of this English philosopher in the Modern Era, as well as to showcase her defense of universal public education and highlight her revolutionary character in taking the first steps toward building a Philosophy of Education with a feminist perspective.

Key words: Philosophy of Education, Mary Wollstonecraft, Feminism.

LINHA DO TEMPO: OBRAS DE MARY WOLLSTONECRAFT

1787: *Thoughts on the Education of Daughters: With Reflections on Female Conduct, in the More Important Duties of Life*

1788: *Mary: A Fiction*

1788: *Original Stories from Real Life: With Conversations Calculated to Regulate the Affections and Form the Mind to Truth and Goodness*

1789: *The Female Reader: Or, Miscellaneous Pieces, in Prose and Verse; selected from the best writers*

1790: *A Vindication of the Rights of Men, in a Letter to the Right Honourable Edmund Burke*

1792: *A Vindication of the Rights of Woman with Strictures on Moral and Political Subjects*

1794: *An Historical and Moral View of the French Revolution; and the Effect It Has produced in Europe*

1796: *Letters Written during a Short Residence in Sweden, Norway, and Denmark*

1798 (posthumous): *Maria, or The Wrongs of Woman (unfinished)*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO.....	21
1.1 Vida e obra entrelaçadas: uma breve biografia de Wollstonecraft.....	21
1.2 Antecessores de Wollstonecraft: A educação na Inglaterra e a influência de John Locke e Catharine Macaulay.....	23
1.3 O Direito à Esfera Pública: educação como interesse moral e civil.....	29
1.4 A Primeira Reivindicação: A Vindication of the Rights of Men e a crítica à Edmund Burke.....	33
CAPÍTULO 2 - A EDUCAÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA EM WOLLSTONECRAFT: O DESENVOLVIMENTO DA RAZÃO E DA VIRTUDE PARA O APERFEIÇOAMENTO MORAL.....	38
2.1 O Primado da Razão em Wollstonecraft.....	38
2.2 A Razão e o Aperfeiçoamento Moral como caminho para a Virtude na Segunda Reivindicação.....	43
2.3 Um Novo Olhar para a Infância: O afeto como fundamental na construção do <i>ser virtuoso</i>	48
2.4 Independência Intelectual e Material: o projeto de autonomia feminina em <i>Thoughts on the Education of Daughters</i> e em <i>The Female Reader</i>	53
CAPÍTULO 3- A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO FEMINISTA EM WOLLSTONECRAFT.....	62
3.1 “Mens sana in corpore sano” : O conhecimento e a força corporal na proposta de educação para as meninas.....	62
3.2 Aproximações e Rupturas: A influência de Rousseau na obra de Wollstonecraft.....	66
3.3 A Filosofia da Educação de Wollstonecraft em <i>Original Stories from Real Life</i>	71
3.4 O Debate sobre a Escolarização Pública no século XVIII: O projeto de educação nacional em Wollstonecraft.....	76

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	84

*“Encontra-se esse círculo vicioso em todas as circunstâncias análogas: quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de fato inferior; mas é sobre o alcance da palavra ser que precisamos entender-nos; a má-fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: ser é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. **Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se esse estado de coisas deve se perpetuar”***

(Beauvoir)

*“Portanto, arriscar-me-ei a afirmar que, **até que as mulheres sejam educadas de forma mais racional, o progresso da virtude humana e o aperfeiçoamento do conhecimento encontrarão contínuos obstáculos.** Ao se admitir que a mulher não foi criada meramente para satisfazer o apetite masculino ou para ser a serva mais importante, que provê suas refeições e cuida de suas roupas, é necessário reconhecer que o primeiro cuidado dessas mães e desses pais realmente preocupados com a educação das meninas seria, se não fortalecer o corpo, pelo menos não destruir sua constituição com noções equivocadas de beleza e de excelência feminina; nem deveria ser permitido que as meninas assimilassem o conceito pernicioso de que um defeito pode, por algum processo químico do raciocínio, tornar-se uma qualidade.”*

(Wollstonecraft)

INTRODUÇÃO

Desde a Antiguidade clássica até os debates contemporâneos, todas as áreas de conhecimento e, em especial, a Filosofia, foram marcadas pela exclusão sistemática das mulheres enquanto intelectuais e produtoras de conhecimento. A Filosofia, embora possua em seu cerne a dedicação às investigações mais profundas dos conceitos - sendo, portanto, crítica em sua natureza - presencia um enorme paradoxo: mesmo propondo-se a questionar o senso comum e os *preconceitos*, naturalizou-se por séculos a ausência feminina em seus espaços de produção e legitimação. Entretanto, este silenciamento e apagamento histórico não foi uma questão pontual, mas configura-se como um projeto histórico e articulado às estruturas de poder patriarcal que ecoaram e se expandiram no meio acadêmico. Em Frateschi (2022), esse panorama se estende não apenas à Filosofia, mas a todas as ciências humanas. A autora destaca a importância da democratização do cânone filosófico, ressaltando que, historicamente, os temas abordados pelas filósofas foram frequentemente relegados a uma posição secundária ou considerados obras insuficientemente “grandiosas”. Contudo, é fundamental não perder de vista que não apenas os filósofos, mas também os historiadores da filosofia, estão imersos nas questões políticas, sociais e culturais de suas respectivas épocas. Em outras palavras, persiste o equívoco de que o historiador atua “suspenso” no tempo (Cf. Frateschi, 2022, p.29-32), isento de qualquer perspectiva *pré-concebida*. Essa visão distorcida gera uma série de consequências, especialmente quando é transmitida a estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores e de modo naturalizado, reforçando a ideia de que os principais nomes do campo são, necessariamente, masculinos.

Seria inegável pensar um curso de Filosofia Medieval sem mencionar Santo Agostinho ou Tomás de Aquino, entretanto, como não mencionar a importância de Christine de Pizan e sua obra *A cidade das damas* (1405)? Nesta obra, pode-se mencionar questões que são relevantes até hoje, no debate da Filosofia Feminista. Salvo os anacronismos, tendo em vista que esta obra foi escrita e publicada no período medieval, questões relevantes como o discurso sobre a desigualdade entre os sexos, a questão da educação das mulheres e a falta da participação destas na esfera pública, são tratados pela autora. Por meio da utopia, Pizan foi a única *mulher escritora* a ser reconhecida no período medieval e, além disso, por ter se destacado ao conseguir viver da sua arte (Cf. BERQUÓ, PACHECO 2016). Ademais, como não mencionar Aspásia de Mileto, filósofa e professora de retórica, ou Hipátia de Alexandria

(Cf. DZIELSKA, 2004, p.122), filósofa, professora e matemática, as quais exerceram papéis intelectuais de suma importância na Idade Antiga?

Como explica Henriques (2010), a Grécia antiga apresentou uma grande contradição, ao passo em que estabelece uma discriminação antropológica a partir da criação de um “estereótipo arquetípico feminino”. Por um lado, a mulher é tida como uma espécie de *segundo sexo*, e, por outro, as virtudes de coragem e força das mulheres são evidenciadas em diversas obras gregas, como na peça da Trilogia Tebana, *Antígona*. Tem-se na *República* de Platão, em meio a uma sociedade que desconsiderava as mulheres como cidadãs, a possibilidade de *filósofas*, e além disso, de *filósofas-rainhas*.

É possível observar, portanto, uma constante na Filosofia Ocidental que é a falsa e equívoca pretensão de universalidade, na medida em que põe o homem, ser humano do sexo masculino, como norma e, portanto, “*sujeito universal*”. Tal movimento da História da Filosofia atingiu diretamente as intelectuais e filósofas, as quais vinham sendo retratadas, até um passado recente, como meras acompanhantes, comentadoras ou correspondentes de algum filósofo¹. Este posicionamento não apenas deslegitima a produção intelectual dessas mulheres, como também bloqueiam futuros acessos a esses textos e obras, na medida em que são tratados como “menores” se comparado aos ditos “grandes pensadores” da Filosofia Ocidental. Entretanto, de acordo com Eileen O’Neill, nem sempre a historiografia filosófica foi estritamente masculina. Em seus artigos *Disappearing ink: Early Modern Women Philosophers and their fate in History* e *Early Modern Women Philosophers and the History of Philosophy* (2005), a historiadora irá explicar como o desaparecimento das filósofas na França e Inglaterra se entrelaçam com o período histórico que elas viviam. Em um contexto de profundas mudanças nas leis, com intensos debates sobre a posição das mulheres na sociedade, bem como o surgimento de novas autoras e intelectuais que questionavam seu posicionamento nessa sociedade em transformação, houve o apagamento desses nomes na historiografia (O’NEILL, 2005). Assim, o movimento contra o patriarcado passou a ser forte o suficiente para que se iniciasse uma progressiva entrada das mulheres no debate público. Em suma, a *autonomia* e a possibilidade de uma *independência econômica* passaram a ser pautas. Para O’Neill (1998, 2005), esse completo sumiço se deu no início do século XIX, a partir da ascensão de um movimento reacionário, ao qual o ato de “ser filósofo” poderia ser limitado apenas aos *hommes de lettres*, aos produtores da cultura. Este tipo de tentativa de desencorajamento às mulheres que procuravam o meio acadêmico e intelectual foi repetido

¹ A fim de exemplificação, pode-se mencionar a alcunha reiterada dada a Simone de Beauvoir como a “esposa de Sartre” ou a Hannah Arendt, constantemente lembrada pelo seu relacionamento com Martin Heidegger.

por diversas vezes na história, como o primeiro e histórico doutoramento em Filosofia concedido na Universidade de Pádua à Elena Cornaro Piscopia de Veneza, em 1678. Logo, como explica O'Neill (1998, p.18), após este grande feito, a universidade concordou em não admitir mais mulheres na instituição.

Como bem explica a historiografia, tem-se no século XVIII três movimentos revolucionários de peso: a Revolução Americana, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Em 1776, tem-se como grande destaque a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, que endossa a liberdade como direito natural do Homem. Pouco tempo depois, instaurou-se a Revolução Francesa, marcada pela sua *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), o primeiro documento que criava um rol de direitos fundamentais da burguesia, tais como a participação no governo, propriedade privada e liberdade. Este documento, portanto, garantia progressos significativos na esfera pública, embora esses avanços fossem alcançados apenas por uma parte da sociedade, especificamente homens brancos. Tal pensamento era endossado por filósofos e intelectuais da época, os quais, através dos seus textos e tratados filosóficos, argumentam uma suposta superioridade masculina e justificam a exclusão de grupos oprimidos.

Entre os nomes de maior destaque do período iluminista, sobressai Olympe de Gouges (1748-1793), a qual se dedicou à revolução e à produção intelectual com o objetivo de repensar e transformar a estrutura sociopolítica vigente, ao reconhecer as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres na França do século XVIII. Entretanto, Marie Gouze, seu verdadeiro nome, teve sua trajetória marcada por uma série de acontecimentos permeados pela hipocrisia da época: nascida no sul da França, foi registrada por uma família composta por uma lavadeira e um açougueiro, porém, de acordo com os historiadores Cabral e Macedo (2020), ela era filha de Jean-Jacques Lefranc, um poeta e dramaturgo oriundo da nobreza francesa, que teve uma relação com a mãe de Olympe. Agindo conforme os costumes da época, Lefranc não a reconheceu oficialmente como filha, mas assegurou a ela o acesso a estudos básicos, além de ensino teatral, o que influenciou seu destino intelectual. Casou-se muito jovem com um homem mais velho, que morreria no ano seguinte. No entanto, de Gouges decide retirar o sobrenome de seu marido e se muda para a capital francesa, em busca de melhores condições de vida e de educação para seu filho. Será em Paris, que Olympe irá iniciar sua vida como escritora de peças de teatro, além de desenvolver o seu ativismo, através da escrita de panfletos para movimentos libertários, abolicionistas e de igualdade de gênero. Olympe se torna, na França, uma feminista no século das luzes, procurando “iluminar aqueles

e aquelas que tinham permanecido nas trevas – as mulheres, os indigentes, os escravos, as crianças sem nome, as raparigas sem dote” (ESCALLIER, 2012, p. 228).

Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembléia nacional. **Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher.** Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres; que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados; e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem estar geral. (GOUGES, 2005, p.1, grifos próprios)

Olympe de Gouges acreditava, contudo, nas mudanças profundas que poderiam ocorrer no que tange à igualdade de gênero. Seu ativismo levou a criação da *Sociedade Popular das Mulheres*, objetivando a proteção das mulheres mais vulneráveis socioeconomicamente (Cf. BERGÈS, 2022). Assim como Wollstonecraft, de Gouges foi uma ávida leitora dos escritos rousseauianos. De acordo com um dos principais biógrafos da vida da filósofa francesa, Olivier Blanc, ela escreveu *Le Bonheur Primitif* (1789), uma peça que pode ser descrita como um escrito filosófico em resposta aos discursos rousseauianos, *Discours sur les sciences et les arts* (1750), no qual o autor desenvolve teoria das origens da sociedade humana e suas implicações éticas e políticas. Ademais, a filósofa utilizava diferentes formas artísticas, como peças e romances, com um forte viés filosófico. Porém, diferentemente de sua contemporânea, Wollstonecraft, ela não põe o foco na capacidade racional (BERGÈS, 2022), mas na capacidade dos seres-humanos de viverem em comunidade e aprenderem uns com os outros. Dada a importância da comunidade para o desenvolvimento humano, para de Gouges, as mulheres deveriam ser vistas como igualmente importantes aos homens.

Assim como Wollstonecraft, Olympe de Gouges era republicana e acreditava que um sistema político deveria ser livre de qualquer dominação tirânica. Tal posicionamento se estendia à questão do casamento, que deveria ser livre de qualquer tipo de hierarquia. Apesar de acreditar na Revolução Francesa como um momento de progresso, de Gouges foi considerada subversiva por críticos radicais, especialmente pelos jacobinos, e acabou silenciada e guilhotinada em 1793. Por ser morta unicamente por suas ideias, isso simbolizou

a repressão enfrentada pelas vozes críticas à estrutura patriarcal e política da época, porém seu legado permanece como um marco pioneiro do feminismo e da defesa dos direitos humanos.

Em suma, o intenso debate no final do século XVIII, marcado pelo Iluminismo, impulsionou os processos de transformações profundas, incluindo o campo político, social e cultural. A partir das críticas ao Antigo Regime e da estrutura hierárquica desse período, somado ao desenvolvimento do capitalismo industrial, o denominado “século das luzes” trouxe ao campo da Filosofia a primazia da razão e a crença na autonomia do indivíduo. Ao colocar o ser humano universal no centro, esse debate expandiu-se para o campo da educação, especialmente no que se refere à educação das mulheres. Contrariando a valorização da racionalidade e do ideal emancipatório por meio da razão, a educação feminina mantinha a subalternidade das mulheres, reforçando repetidamente sua suposta inferioridade em relação aos homens. Além disso, outras minorias, como as pessoas escravizadas, também eram relegadas a essa posição de inferioridade. Embora, para o pensamento iluminista, a racionalidade e a reflexão sobre conceitos como igualdade, dominação e progresso estivessem diretamente associadas às capacidades que distinguem o ser humano da “animalidade”, havia uma profunda contradição ao se considerar que tanto mulheres quanto pessoas escravizadas eram desprovidas de razão. Assim, essa perspectiva negava a *humanidade* desses grupos. Como salienta Okin (2013, p.3-12) em *Women in Western Political Thought*, os escritos daquele período, escrito *por* homens e *para* homens, apresentaram interpretações que procuravam manter a exclusão das mulheres na sociedade, ligando o conceito de “homem”, por exemplo, como sinônimo de “ser humano” ou “humanidade”, reforçando a negação da racionalidade por parte das mulheres e de grupos marginalizados no geral.

É neste contexto de efervescência política que, assim como Olympe de Gouges, a filósofa inglesa, Mary Wollstonecraft escreveu sua grande obra *Vindication of the rights of Woman*, publicada em 1792, com o intuito de oferecer uma resposta ao Marquês de Talleyrand, responsável por preparar uma proposta de reforma da educação nacional pelo governo francês. Devido à exclusão das mulheres do texto constitucional, Wollstonecraft, influenciada por outros autores da época, como a sua contemporânea francesa supracitada, Olympe de Gouges, denuncia a proibição de acessos básicos às mulheres e a classificação da esfera pública como exclusiva aos homens. Como outras mulheres intelectuais e emancipacionistas, Wollstonecraft foi uma ativista das causas dos oprimidos, antiescravagista e enfrentou grandes obstáculos ao decorrer da sua vida pessoal e intelectual, como será melhor abordado no Capítulo 1. Todavia, ela foi uma grande exceção à época, haja vista que, mesmo com os preconceitos moralistas e os limites sociais impostos pelo seu tempo,

Wollstonecraft alcança sua autonomia financeira e se torna uma intelectual de prestígio na sociedade inglesa, tornando-a uma das principais pensadoras e uma das pioneiras do que viria a ser o feminismo contemporâneo. A filósofa inglesa reforça a ideia da educação como emancipação, visto que é somente por meio da educação *racional* que as mulheres podem obter uma formação ética consolidada, contribuindo socialmente e potencializando sua presença na sociedade, especialmente na esfera pública. Em suma, ela identifica uma relação entre a negação da racionalidade das mulheres e a exclusão delas da educação formal.

É igualmente possível identificar a formação de uma Filosofia da Educação, pois certas filósofas aproveitaram essa “janela de oportunidade” aberta pelas novas reformas, por meio da escrita, com o intuito de lutar pela inclusão das mulheres e superar as concepções educacionais propostas por outros autores de seu tempo. Para Wollstonecraft, a falta de emancipação social das mulheres resultava do *enclausuramento* e da *subalternidade* que eram impostas e as confinavam ao espaço doméstico, impedindo-as de desenvolverem seu potencial intelectual. A partir da leitura de autores do século XVII e XVIII, tais como James Burgh, Jean-Jacques Rousseau, Catharine Macaulay, entre outros, a filósofa inglesa estende o seu argumento na defesa dos direitos fundamentais das crianças, principalmente em relação à educação das meninas, ao passo em que a inclusão na vida pública e a consequente emancipação das mulheres devem começar com o acesso livre à educação de qualidade e pública desde a mais tenra idade.

Como forma de ressaltar o problema, a autora salienta que a inferioridade intelectual das mulheres da sua época se deve, justamente, pelos limites sociais impostos pelos detentores do poder, neste caso, os homens brancos. Ademais, em uma sociedade na qual as mulheres ficam encarregadas e enclausuradas ao âmbito doméstico, a educação das crianças também é incluída no escopo de deveres “femininos”. Desta forma, a autora questiona como as virtudes serão repassadas aos filhos, tendo em vista que as responsáveis por esses fundamentos basilares na educação não recebem uma educação apropriada, tendo em vista que o papel do cuidado era, e continua sendo, associado ao feminino (Cf. GILLIGAN, 1982; NODDINGS, 1986). Wollstonecraft também enfatiza que esse sistema de educação foi estabelecido por homens com o objetivo de transformar as mulheres em damas sedutoras, subservientes e, portanto, apegadas ao âmbito do prazer e das paixões, distanciando-a de suas capacidades racionais.

Uma profunda convicção de que a educação negligenciada de meus semelhantes é a principal causa da miséria que deploro e de que as mulheres, em particular, são tornadas fracas e infelizes por uma variedade de causas

concomitantes originadas de uma conclusão precipitada. A conduta e as maneiras das mulheres são, de fato, a prova evidente de que a mente delas não se encontra em um estado sadio (WOLLSTONECRAFT, 2016a, p.20-21)

No entanto, faz-se necessário salientar que Wollstonecraft, a fim de debater com os outros pensadores da época, tenta refutá-los utilizando questionamentos que procuram demonstrar a fraqueza e o teor preconceituoso dos argumentos da época quando tentam situar a mulher em uma posição inferior e desprovida de faculdade racional. Sendo assim, a filósofa, em concordância com o filósofo francês Marquês de Condorcet, colocava em questão a afirmação reiterada que metade da população era desprovida de direitos simplesmente pelo seu sexo, em um período que a luta por liberdade e por direitos ditos “universais” estava em voga (BOTO, 2003). Isto liga-se diretamente à concepção ética e metafísica do ser humano construída pela autora, a qual é baseada na ideia de que todos, indistintamente, são criaturas criadas por Deus.

Em Wollstonecraft, o direito das crianças à uma educação racional e ao cuidado seriam justificados pela sua concepção metafísica de ser-humano, bem como pela relação de dependência da criança perante o adulto, na medida em que todos os os adultos já foram crianças e, portanto, dependentes do cuidado e da proteção dos seus tutores. No entanto, o que parece óbvio na perspectiva contemporânea, foi objeto de grande debate filosófico, tendo em vista que o próprio olhar para a infância e para a criança foi modificado ao longo dos séculos. Ademais, as crianças, para Wollstonecraft, são caracterizadas como seres morais em potencial capazes de se autogovernarem e, além disso, têm o direito e necessidade de desenvolverem suas capacidades racionais com o intuito de atingirem a moralidade.

A temática da educação aparece desde os seus primeiros escritos, como o manual intitulado *Thoughts on the Education of Daughters*, publicado em 1787, que será aprofundado no Capítulo 2 da presente pesquisa. Neste texto, o qual consiste em um manual de comportamento feminino, muito difundido na Inglaterra entre 1760-1820, Wollstonecraft, como é esperado neste estilo literário, apresenta recomendações de comportamento exclusivamente às mulheres mais jovens, em assuntos como amor, casamento, cuidado com os filhos, entre outros pontos restritos a esse gênero. Este tipo de literatura que evidencia o que seria o comportamento ideal das mulheres, enfatizado pelo termo “*Proper Lady*” ou “Senhora Adequada”, era bastante difundido entre os séculos XVII e XVIII. Sob esta lógica, a partir do momento em que as mulheres passam grande parte da vida adquirindo habilidades superficiais, acabam sacrificando o desenvolvimento da faculdade racional, algo intrínseco ao

ser humano, fomentando a ideia de uma sociedade com papéis extremamente limitantes a mulheres. Estas são, portanto, classificadas como meros objetos de desejo acarretando no distanciamento da própria natureza e da capacidade de felicidade que seriam, na perspectiva da autora, baseados através do grau de *razão*, *virtude* e *conhecimento* alcançados ao longo da vida. Todavia, os homens, de forma geral, utilizam a razão como instrumento de perpetuação de preconceitos, usando-a como meio para justificar não apenas esse suposto desinteresse do sexo feminino no pensamento intelectual, mas também o expande para enfatizar a subjugação de outros povos e etnias.

Contudo, uma nova tendência, não apenas na historiografia, mas nas Ciências Humanas e, em especial para o escopo deste texto, na Filosofia, questionam-se: *Onde estavam as mulheres nesses grandes momentos da história ocidental? Como estas enfrentaram um sistema que só as colocavam às margens do progresso? Por que estas tiveram suas vozes historicamente silenciadas?*

Neste sentido, o presente texto tem como objetivo se integrar a nova tendência de ampliação do cânone filosófico e da História da Filosofia, ao apresentar a perspectiva de uma filósofa inserida num contexto de efervescência política, enquanto um conjunto de direitos era negado às mulheres. É importante salientar que este contexto não abrange todas as nuances do pensamento moderno, focando, todavia, na emergência de uma *filosofia política feminista ocidental*. Procura-se mostrar que o pensamento de Wollstonecraft, muito mais do que um texto de resistência, procura dar voz às filósofas que a precederam e as que surgiriam nos séculos seguintes, as quais foram, e continuam a ser, constantemente silenciadas e apagadas pelo patriarcado ocidental. Assim, tendo como referência os escritos da autora supracitada, a obra *Vindication of the rights of Men* (1790), *Vindication of the rights of Woman* (1792), bem como seus outros escritos, como *Thoughts on the Education of daughters* (1787), *Original Stories from Real Life* (1788) e o seu texto literário inacabado *Maria, or the Wrongs of Woman* (1798), procura-se analisar a importância da emancipação sociopolítica das mulheres através da educação na Filosofia de Wollstonecraft e como o seu pensamento é atravessado em todos os seus textos e em diferentes fases da vida.

A presente pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos, cada um dividido em quatro seções. No Capítulo 1, busca-se, inicialmente, apresentar um panorama geral da biografia de Mary Wollstonecraft e verificar como os acontecimentos familiares e da sua experiência como mulher trabalhadora no século XVIII moldaram a sua vida intelectual e de ativismo, elencando os principais escritores e apoiadores que a antecederam e a inspiraram. Ademais, aborda-se a questão do direito à esfera pública, o qual era restringido às mulheres da

época. Neste mesmo capítulo, também pretende-se apresentar a sua interlocução com um dos nomes primordiais para entender o pensamento conservador inglês e das críticas à Revolução Francesa, Edmund Burke. Wollstonecraft, sendo uma das pioneiras a responder com muita crítica o texto publicado pelo estadista, o texto *Vindication of the Rights of Men* (1790) foi um escrito de suma importância para posicioná-la politicamente e criar a base do seu grande texto, *Vindication of the Rights of Women* (1792). No Capítulo 2, concentram-se os aspectos conceituais mais importantes para compreender o pensamento educacional da autora, como a questão do primado da razão, seu entendimento sobre o aperfeiçoamento racional e como este culmina no desenvolvimento das virtudes, bem como a temática do afeto parental. Além disso, busca-se apresentar como esses temas também aparecem em escritos anteriores, os quais já revelam alguns aspectos importantes, como a questão da independência financeira e autonomia intelectual. No último Capítulo, busca-se aprofundar na Filosofia da Educação da filósofa, principalmente no viés prático, como a relação entre a força física e mental, considerados basilares para uma formação completa. Ademais, tem-se as aproximações e rupturas com o pensamento de Rousseau, principalmente a partir de suas obras *Emílio, ou da Educação* (1762) e em *Júlia ou a Nova Heloísa* (1761), obras que a filósofa entrou em contato ao longo da vida, o que se demonstra evidente em sua obra *Original Stories from Real Life* (1796).

Por fim, tem-se a principal defesa de Wollstonecraft: a escola pública universal. Durante a Revolução Francesa (1789-1799), o debate sobre escola pública ganhou força com propostas como o Relatório de Condorcet (1792), que defendia instrução pública, laica, gratuita e universal para formar o "homem novo" democrático, com níveis progressivos de ensino financiados pelo Estado (BOTO, 2003). Inspirando-se nos diversos debates sobre a possibilidade de uma educação pública, Wollstonecraft propõe o estabelecimento de escolas diurnas, nacionais, gratuitas e acessíveis. Estas instituições acolheriam a todos, independentemente do gênero, raça, ou classe. Portanto, no Capítulo 3, aborda-se o projeto de educação nacional idealizado pela filósofa inglesa, que ecoa os ideais revolucionários de igualdade e antecipa, em sua filosofia, muitas reformas que só foram aplicadas no século seguinte.

CAPÍTULO 1

EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO

1.1 Vida e obra entrelaçadas: uma breve biografia de Wollstonecraft

Na Inglaterra oitocentista, fortemente influenciada pelos movimentos na França, Mary Wollstonecraft (1759- 1797) torna-se uma grande ativista, pondo em pauta a ausência da mulher na esfera pública e questionando: “quem fez do homem o juiz exclusivo, se a mulher compartilha com ele o dom da razão?” (WOLLSTONECRAFT, 2016a, p.19). A Europa Iluminista forneceu um ambiente propício e os instrumentos intelectuais à causa feminista com a ideia de progresso, liberdade, educação e, acima de tudo, a primazia da razão. A filósofa inglesa percebe a difusão do discurso de uma suposta incapacidade da mulher e constrói a sua argumentação a partir da crítica às teses “naturalistas”, principalmente de Rousseau. Além disso, ela ressalta a falta de educação racional e emancipatória na formação das mulheres como propulsoras desses preconceitos, ao submetê-las a uma posição de submissão e justificá-la através de uma suposta “inferioridade natural”.

Também tem sido afirmado por alguns naturalistas que os homens não alcançam seu pleno crescimento e força até os trinta anos, mas que as mulheres chegam à maturidade aos vinte anos. Suspeito que raciocinam sobre bases falsas, equivocados pelo preconceito masculino, que julga beleza a perfeição da mulher— mera beleza das feições e da tez, a acepção vulgar da palavra, enquanto à beleza masculina é permitido ter alguma conexão com a mente.(WOLLSTONECRAFT, 2016a, p.95)

Entretanto, antes de qualquer argumentação ou apresentação do construto filosófico da autora, é de suma importância deixar um espaço para a sua biografia (TODD, 2000; ZALTA,

2008). Assim como outras filósofas², as vivências de Wollstonecraft como mulher e intelectual relacionam-se diretamente com o seu pensamento filosófico³.

Nascida em Spitalfields, em Londres, em 1759, Wollstonecraft foi a segunda entre sete filhos. Desde cedo, presenciou uma questão sensível à época e que viria ser pauta nos primeiros movimentos feministas: a falta de direito à herança. Seu pai, Edward John, recebeu uma herança considerável da família paterna, porém, em pouco tempo, conseguiu colocar a família à falência, por conta de uma má administração dos recursos. Isso impactou diretamente a infância de Mary, pois além de presenciar as agressões do pai em relação à mãe, o declínio financeiro e social de sua família a obrigou a trabalhar desde cedo. Por conta de suas origens e, principalmente, por ser mulher, as opções de trabalho eram limitadas: foi acompanhante, professora e governanta, todas as profissões disponíveis às mulheres na época. Ao longo de sua juventude teve uma educação irregular, aprendendo sobre a Bíblia e filósofos antigos, após o seu contato com Thomas Taylor, tradutor de Platão. Após a morte de sua mãe, em 1782, Wollstonecraft conseguiu abrir uma escola específica para meninas com uma de suas amigas, Fanny Blood. No entanto, quando precisou mudar a escola de local, de Islington para Newington Green, Mary conheceu o teólogo e pensador político Reverend Richard Price, que a influenciou fortemente. Também, foi nessa comunidade que Mary foi apresentada a Joseph Johnson, o qual, futuramente, também a ajudou em sua trajetória intelectual.

Em sua primeira viagem a Lisboa, Wollstonecraft cuidou de um homem com tuberculose, que inspirou seu primeiro romance, *Mary, a Fiction* (1788). Paralelamente, a filósofa enfrentava problemas financeiros, o que acarretou no fechamento da sua escola, obrigando-a a retornar à vida de governanta em uma família abastada por um curto período de tempo. Em uma viagem com esta família, Mary foi à Irlanda, onde concluiu o seu primeiro romance. De volta a Londres, Wollstonecraft inicia sua carreira como escritora com o apoio de Joseph Johnson. Textos importantes como *Thoughts on the Education of Daughters* (1787), *The Cave of Fancy* (1787, não finalizado), *Original Stories from Real Life* (1788), *The Female Reader* (1789), foram financiados e editados por Johnson. Além disso, Mary atuou como tradutora de diversas obras em francês, alemão e holandês, além de ter sido assistente

² Uma constante entre diversas intelectuais, principalmente ao tratar-se de filósofas, é o fato de que, muitas vezes, suas vidas e obras se entrelaçam. Na contemporaneidade, a luta contra o racismo e misoginia, levada à cabo através de obras ímpares, como as produzidas por Sueli Carneiro, Lélia González, Angela Davis, Djamila Ribeiro, dentre tantas outras, retratam os mecanismos racistas que operam em uma sociedade patriarcal, além de questionarem, cada uma à sua maneira, o poder e a produção intelectual hegemônica.

³ Para mais informações de Wollstonecraft, além da biografia de Todd (2000), é possível encontrar diversos artigos sobre a vida da filósofa na enciclopédia digital *Stanford Encyclopedia*. Cf. LITTLE, D. Mary Wollstonecraft. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2008. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/wollstonecraft/>.

editorial e revisora, como na revista *Analytical Review*. Nos artigos produzidos para essa revista, a filósofa expôs suas críticas sobre diversos assuntos, principalmente sobre o impacto da leitura na formação do indivíduo e suas críticas à leitura romanesca. Além disso, através de seu trabalho como revisora e tradutora, ela se familiarizou com textos filosóficos, como os de Leibniz, Rousseau e Kant. Em 1789, Wollstonecraft organizou uma antologia denominada *The Female Reader; Miscellaneous Pieces in Prose and Verse; Selected from the Best Writers and Disposed under Proper Heads; for the Improvement of Young Women* (1789). Entretanto, esses textos contendo citações da Bíblia e de muitas peças de Shakespeare, foram publicados sob o nome de “*Ms. Cresswick, professor de Elocução*”. Além desses textos, também estavam incluídos alguns de Voltaire, Hume, Madame de Genlis, entre outros.

Apesar dos séculos de esquecimento na História da Filosofia e do fato de o pensamento de Mary Wollstonecraft não ser tão amplamente estudado quanto o de seus contemporâneos do período iluminista, sua obra é relevante para a realidade do feminismo contemporâneo. Além de ter sido capaz de salientar as contradições nos argumentos de filósofos que negavam a racionalidade das mulheres, ela formula importantes colaborações à teoria política e da educação, ultrapassando e questionando as visões tendenciosas sobre o papel da mulher na sociedade.

1.2 Antecessores de Wollstonecraft: A educação na Inglaterra e a influência de John Locke e Catharine Macaulay

A educação, enquanto tema filosófico, remonta aos primórdios da própria Filosofia. No entanto, a educação inglesa passou por mudanças consideráveis no século XVII. A partir da ascensão da burguesia e do Humanismo, da Reforma religiosa e do avanço da ciência moderna, fez-se necessário repensar os novos rumos da educação no país. Desta forma, como explica Nascimento (2014), dois modos de educação foram postos em pauta: a privada e a pública. De um lado, a educação dos burgueses e nobres, buscando uma formação completa, e, do outro, a educação das camadas desfavorecidas na sociedade, voltada, principalmente, para o âmbito puramente técnico e para o trabalho, bem como o ensino da moral cristã. Ademais, novas diretrizes foram sendo adotadas e repensadas na Inglaterra setecentista:

O cuidado com o método de ensino é conduzido a outro patamar, passando-se a valorizar a persuasão e o hábito, em detrimento do castigo e da violência. Do ponto de vista moral, a educação começou a aceitar os princípios da tolerância religiosa, em que valores como a caridade, a

solidariedade e o respeito ao próximo começaram a ganhar importância na formação dos indivíduos. A última característica refere-se ao cuidado com a saúde corporal, preocupação oriunda dos progressos ocorridos na medicina. (NASCIMENTO, 2014, p.241)

Contudo, foi no Iluminismo que essa temática alcançou um novo patamar, em um período marcado pela predominância da racionalidade, do desenvolvimento científico e do progresso político na Europa. Pensadores como John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Catharine Macaulay e Mary Wollstonecraft, elaboraram textos fundamentais cujas contribuições permanecem objeto de análise e reflexão até os dias atuais. Importa destacar, entretanto, que a educação ainda não era concebida como um direito universal.

No contexto das transformações sociais desencadeadas pela Revolução Francesa, tornou-se imperativo desenvolver um novo modelo educacional que acompanhasse as mudanças sociais e políticas. Paralelamente, o debate acerca da desigualdade social figurava como um tema central e latente. Rousseau, por exemplo, reconhecia a desigualdade como um mal inerente à sociedade civilizada, mas via na educação um meio de cultivar a virtude e a liberdade natural do indivíduo. O debate a respeito da educação também ganhou um novo contorno, principalmente a partir da obra *Some thoughts concerning education* de John Locke, publicada em 1693. Nesta obra, tem-se um conjunto de cartas, nas quais o autor discute sua experiência como preceptor de jovens burgueses da Inglaterra. Locke, nascido em 1621, um século anterior a Wollstonecraft, e oriundo de uma família de burgueses puritanos, teve seu pensamento fortemente influenciado pelas ideias do protestantismo e pela aversão ao absolutismo monárquico (Garcia, 2012). Locke se concentra, portanto, na educação dos *gentlemen*, filhos da nobreza inglesa proprietária de terras denominadas *gentry*. Diferente ao que Wollstonecraft irá defender um século depois, Locke tinha aversão às escolas públicas e destinava aos mais pobres a mera qualificação técnica voltada para as indústrias têxteis, tendo em vista o seu desinteresse pelas desigualdades sociais de sua época.

Ninguém está obrigado a saber tudo. **O estudo das ciências em geral é assunto daqueles que vivem confortável que dispõem de tempo livre.** Os que têm empregos particulares devem entender suas funções; e não é insensato exigir que pensem e raciocinem somente sobre o que faz parte de sua ocupação cotidiana (LOCKE, 1986, p.18, **tradução e grifo próprios**)

Em Manacorda (1994), tem-se que, no pensamento lockeano, há uma valorização da utilidade prática das coisas, “que objetiva não a variedade de conhecimentos, mas a liberdade

do pensamento” (MANACORDA, 1994, p.226). Para ele, a educação funciona como um mecanismo de controle das classes mais pobres da sociedade, e reforçava a ideia de diferenciação entre as camadas sociais por meio da cultura: aos mais ricos, os conteúdos mais complexos, como os estudos da moral, metafísica e teologia, aos menos favorecidos, apenas o básico para exercer suas funções de seus respectivos ofícios.

Se encontrar a uma criança, menino ou menina, menor de quatorze anos de idade, mendigando fora da paróquia onde reside, se for dentro de uma distância de cinco milhas dessa paróquia, será enviada para a escola mais próxima, **onde será castigada com azorrague e aplicada ao trabalho até a tarde, para ser dispensada com tempo suficiente para chegar ao seu local antes da noite.** Ou, se morar a mais de cinco milhas do local onde for surpreendida mendigando, **será enviada para a casa de correção mais próxima, onde permanecerá aplicada ao trabalho** por seis semanas e até nas sessões seguintes após o término das seis semanas (LOCKE, 1986, p. 21, **tradução e grifo próprios**).

Tem-se assim, uma antecipação do filósofo do que viria a ser depois o pensamento capitalista, focado no mundo do trabalho e da produtividade a todo custo, dividindo a sociedade entre proprietários e trabalhadores, esses preocupados com a “formação de um espírito crítico e autônomo” e, para os trabalhadores, “restava uma educação rígida, de valorização das artes mecânicas e de adaptação aos interesses do mercado” (GARCIA, 2012, p. 371). Ademais, em outro texto de suma importância, *An Essay Concerning Human Understanding*, publicado em 1689, tendo em vista a importância do debate sobre como o ser humano adquire conhecimento, Locke irá discorrer sobre o pensamento inatista, que servia de base às perspectivas políticas absolutistas, além de estabelecer uma defesa da experiência como ponto de partida para as nossas ideias. Estas, para ele, seriam originadas através dos sentidos e reflexão, já que, “nem os princípios nem as ideias são inatas” (LOCKE, 1999, p.33). Assim, tanto Locke quanto seus contemporâneos, além dos filósofos posteriores da Era Moderna, destacam a importância da educação nos primeiros anos de vida. Este entendimento foi fundamental para o pensamento de Wollstonecraft, especialmente na defesa veemente do direito à educação das crianças como condição indispensável para a formação de cidadãos críticos.

No projeto educacional lockeano, devem ser incluídos três elementos primordiais: a garantia da liberdade individual como função política, a preservação dos bens materiais e a tolerância à diversidade religiosa. Tanto o primeiro quanto o último desses pontos são retomados na visão de Wollstonecraft (1792,1796) sobre educação. A isso soma-se a valorização da experiência como “instrutora” eficaz, a superioridade da razão sobre o instinto,

bem como uma análise detalhada de aspectos concernentes à disciplina das crianças, como dieta, vestimenta e técnicas de instrução, entre outros.

Afirma-se “Que nenhum ser, meramente humano, poderia propriamente educar uma criança.” Concordo plenamente com este autor; mas, embora a perfeição não possa ser alcançada, e eventos imprevistos sempre governem a conduta humana, ainda é nosso dever estabelecer alguma regra para regular nossas ações e aderir a ela, tão consistentemente quanto nossas fraquezas permitirem. Para poder seguir o sistema do Sr. Locke (e isso pode ser dito de quase todos os tratados sobre educação) os pais devem ter submetido suas próprias paixões, o que não ocorre frequentemente em grau considerável (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.11, **tradução própria**).

Entretanto, a supervalorização da utilidade prática, persuasão racional e autogoverno no projeto de Locke evidenciam a negligência do filósofo no que tange à emancipação⁴ através da educação. Para ele, não há uma teoria da educação preocupada em modificar a estrutura social vigente, adotando, assim, uma educação para *diferenciação*, e não para a *emancipação*.

Posteriormente a Locke, e sob uma perspectiva feminina da época, tem-se Catharine Macaulay (1731-1791), a qual possui um papel extremamente importante nos debates sobre as reformas políticas no período Iluminista e revolucionário. Macaulay, nascida em família abastada, perdeu a sua mãe ainda jovem, e teve uma educação doméstica clássica, estudando de forma autodidata a História Greco-Romana, Latim, Filosofia, História Inglesa, entre outros, tornando-se uma fervorosa defensora da liberdade. Como leitora de crítica de Hume e estudiosa da História da Inglaterra, escreveu uma extensa coletânea de livros sobre a História da Inglaterra em 8 volumes, entre os anos de 1763 e 1783, intitulado *The History of England from the Accession of James I to the Revolution*. Além disso, seus escritos políticos fazem alusão a filósofos como Hobbes e Locke e figuras importantes para a Inglaterra, como Edmund Burke. Macaulay tornou-se um símbolo do intitulado “protofeminismo”, impactando diretamente o pensamento de Wollstonecraft. Em 1790, Macaulay publica um texto que será primordial e encorajador para a escrita do *Vindication of the Rights of Woman* de, denominado *Letters on Education*.

Encontra-se em Frazer (2011) e Hill (1995) que, em dezembro de 1790, na revista *Analytical Review*, a qual Mary Wollstonecraft fez parte, houve algumas análises sobre os

⁴ É importante salientar, no entanto, que Locke foi revolucionário ao criticar a educação punitiva. Para ele, os castigos físicos a educação dos *gentlemen* deveria ser feita através do diálogo, da razão e no hábito, não do medo. Isso também se configura como um ponto importante em sua proposta educacional. Wollstonecraft se inspira em Locke, assim como grande parte dos intelectuais iluministas, porém com um novo olhar, levantando questões sociais e de gênero

textos críticos a Edmund Burke feitos por ambas e publicados no mesmo ano. A própria Wollstonecraft, ao ler a obra *Letters on Education*, nesse mesmo ano, publicou um comentário admirado sobre esse texto. Vale ressaltar que, em 1790, Mary Wollstonecraft, aos 31 anos, já havia se tornado autora, tradutora, editora, com experiência em gerir uma escola, trabalhou como dona de companhia e governanta. Macaulay faleceu em 1791, aos 60 anos. Recentemente, tem-se feito alguns estudos sobre a relação entre Mary Wollstonecraft e Macaulay, como em Hill (1995) e Green (2020), este último ressaltando as correspondências de Macaulay não só com Wollstonecraft, mas com outros intelectuais da época.

Ambas passaram grande parte de suas vidas em Londres, eram fortemente ligadas a círculos radicais, visitaram a França (Catharine Macaulay já em 1777-78, Mary Wollstonecraft apenas em 1792, após o início da Revolução) e expressaram grande admiração pela Revolução. Ambas as mulheres eram simpatizantes dos girondinos e amigas pessoais de Brissot. Ambas escreveram respostas às *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Burke. Ambas se preocupavam apaixonadamente com a educação de mulheres e crianças e escreveram livros sobre o tema. Ambas sofreram quase total negligência logo após suas mortes — principalmente por causa do “escândalo” de suas vidas pessoais. Certamente, muitos pensaram, com tanto em comum, elas deviam se conhecer. Os círculos radicais de Londres não eram tão grandes a ponto de tornar tal falta de conhecimento algo improvável. No entanto, até 1790, não há evidências de tal conhecimento. (HILL, 1995, p. 179, tradução própria)

No ano anterior a sua morte, quando tinha 59 anos, Macaulay já era considerada uma intelectual famosa e engajada politicamente na sua época e, sua coletânea sobre a história da Inglaterra, já havia sido tão vendida quanto o trabalho de Hume, que também possuía o mesmo nome. Hume foi associado à posição de *tory*, enquanto que Macaulay era partidária da causa *whig*, assim como Wollstonecraft viria a ser posteriormente. Foi grande apoiadora dos girondinos franceses e foi autora de diversos panfletos com questões políticas relevantes, incluindo textos sobre Thomas Hobbes (Macaulay, 1767), por exemplo, além de ter feito uma importante contestação à análise moderada de Burke⁵ sobre o partido Whig e os problemas do Parlamento e da administração inglesa. Por conta de aspectos familiares que vieram à tona para o público da época, a reputação de Macaulay foi abalada ao passo em que aspectos da sua vida conjugal foram satirizados, afetando diretamente a sua vida política no partido Whig. Tal ocorrência também afetou a sua venda como escritora, já que o número de vendas dos seus livros reduziram consideravelmente.

⁵ As primeiras contestações ao escrito de Burke foram feitas por Macaulay e Wollstonecraft, e ambas foram publicadas em 1790.

No ano da publicação do grande tratado sobre Educação de Macaulay, Wollstonecraft escreve uma resenha elogiosa, demonstrando que a obra *Letters on Education* (1790) foi um incentivo importante para a escrita posterior de *Vindication of the Rights of Woman* (1792). A partir dessa obra, Wollstonecraft teceu as suas principais críticas às opiniões de Rousseau (GREEN, 2020, p. 294), dando continuidade aos argumentos críticos de Macaulay à tese rousseauiana de uma diferenciação intelectual natural entre homens e mulheres, sobre o papel social e a educação das mulheres.

Entre os mais veementes defensores de uma diferença sexual no caráter, Rousseau é o mais conspícuo, tanto por causa daquela calorosa emoção que distingue todos os seus escritos, quanto pela eloquência de suas composições: mas nunca o entusiasmo e o amor pelo paradoxo, esses inimigos da dissertação filosófica, apareceram em oposição mais forte ao bom senso do que na definição que Rousseau faz dessa diferença. Ele parte da suposição de que a Natureza quis a sujeição de um dos sexos ao outro; que, conseqüentemente, deve haver uma inferioridade intelectual na parte sujeita; mas, como o homem é um ser muito imperfeito e propenso a agir como tirano caprichoso, a Natureza, para aproximar as coisas de uma igualdade, deu à mulher tais graças atraentes e um jeito tão insinuante que equilibraram a balança no sentido oposto. Assim, a Natureza, num estado de perplexidade, afasta-se de seus propósitos e sujeita a prerrogativa a uma influência que deve produzir confusão e desordem no sistema dos assuntos humanos. Rousseau percebeu essa objeção; e para superá-la, criou uma pessoa moral a partir da união dos dois sexos que, em contradição e absurdo, supera qualquer enigma metafísico já formado nas escolas. Em resumo, não é a razão, não é o engenho; são o orgulho e a sensualidade que falam em Rousseau e, neste caso, rebaixaram o homem de gênio ao pedante licenciado. (MACAULAY, 1790, p.128-129, tradução própria)

Ademais, como explica Green (2020), a resposta de Wollstonecraft a Burke foi inspirada pelo espírito do *republicanismo iluminista* encontrado nas obras de Macaulay. A própria divisão dos temas trabalhados por Wollstonecraft são inspirados nos temas abordados por Macaulay: a crítica à suposta “supremacia” europeia no modelo de civilização, as ideias de fraqueza feminina propagadas por Burke, o debate sobre educação pública e privada e, principalmente, a crítica à barbárie produzida pelo modelo escravagista, pela sujeição das mulheres e pela crueldade com os animais. Vale ressaltar que o projeto inicial de Wollstonecraft era escrever a obra de 1792 em três partes, contudo, o segundo volume de sua obra nunca foi concretizado, sendo a *Reivindicação dos Direitos da Mulher* considerada a “primeira parte” desse projeto.

Para Macaulay, assim como em Wollstonecraft, há uma relação intrínseca entre razão, educação e virtude (GREEN, 2020). Deus, para ela, com sua inteligência e bondade infinitas,

estão em conformidade com as verdades morais eternas, enquanto que os seres humanos, fadados à uma inteligência limitada e à finitude, têm a possibilidade de aperfeiçoamento moral na medida em que escolhem agir conforme os princípios da razão natural. Este Movimento, no entanto, só é alcançado através da educação, ou seja, por meio da razão, independente da vontade de Deus ou das veleidades humanas. Para isso, a autora irá questionar o modelo educacional de sua época e fazer um recorte pautado na desigualdade de gênero. Todavia, tal ideia de perfectibilidade moral através da educação, também foi retomada por Wollstonecraft (2016). Para esta filósofa, a razão consiste no “simples poder do aperfeiçoamento”, além disso, ela completa, que é o “poder de discernir a verdade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.79). A natureza da razão seria, portanto, a mesma em todos, sendo o elo que une a ‘criatura’ com o seu ‘Criador’, reforçando o seu argumento teológico, também abordado em Macaulay. Os argumentos utilizados por Wollstonecraft, porém inspirados em Macaulay, para caracterizar a razão como aperfeiçoamento e como discernimento da verdade, fornecem um bom panorama sobre como a formação intelectual por meio do cultivo da razão, possibilitaria que homens e mulheres caminhassem em direção à perfectibilidade da alma e, conseqüentemente, para a liberdade.

Em suma, a educação através do aperfeiçoamento racional e a educação para a liberdade surgem em ambas autoras. Tanto em Macaulay quanto em Wollstonecraft, a educação surge como a única saída para que a mulher possa se guiar pela sua própria razão, fortalecendo a sua mente e desvinculando-se de uma obediência cega e alienante proporcionada pela sociedade da sua época, que apartava as mulheres da esfera pública. Entretanto, a diferença chave entre as filósofas situa-se em um elemento central: a educação pública, a qual será abordada no Capítulo 3 desta dissertação.

1.3 O Direito à Esfera Pública: educação como interesse moral e civil

Em todas as suas obras, inclusive a inacabada *Maria; or the Wrongs of Woman*, onde o tema da condição jurídica da mulher foi o tema principal, Wollstonecraft aborda a questão da "autoeducação" ou autodidatismo (*self-education*), evidenciando o papel pedagógico no envolvimento com as leitoras (RICHARDSON, 2002, p.24). Isto está diretamente relacionado com a sua própria biografia, haja vista que a sua educação foi focada no desenvolvimento de habilidades simples e em conhecimentos básicos de geografia, francês, música, dança e aritmética (BRODY, 2000, p.18) . Desta forma, a ideia de aperfeiçoamento da razão oriunda

do seu autodidatismo e do contato com outros intelectuais, a permitiu acessar espaços que não eram comuns às mulheres de sua época, como bibliotecas, ambientes culturais e debates políticos.

A inserção das mulheres no meio intelectual, diz Wollstonecraft, tem um efeito positivo na formação do caráter destas como cidadãs (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.226) . A mente dotada de conhecimento, com ideias e habituadas a pensar sobre a realidade, seria uma espécie de “guia” para a boa cidadania (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.151-157). Para Wollstonecraft, através do entendimento, do arcabouço cultural acumulados ao longo da vida, as mulheres poderiam aplicar esses conhecimentos em diferentes âmbitos. Ademais, a autora aborda a importância da literatura na construção do *ser*.

A maior parte das pessoas não é capaz de ver ou sentir poeticamente, falta-lhes fantasia e, por isso, fogem da solidão em busca de objetos concretos; mas quando um autor lhes empresta seus olhos, elas podem ver como ele viu e se divertir com imagens que não puderam selecionar, embora estivessem diante delas. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.152)

O elemento da fantasia, da criatividade, do pensar livre e crítico, seriam oriundos desse contato com a arte. A mera reprodução dos conteúdos limitados às mulheres forneceria muito pouco ou nada ao desenvolvimento da capacidade racional feminina. Na sua segunda *Reivindicação*, ela faz uma crítica contundente aos livros de “instrução” destinados a meninas e mulheres, que tinham como objetivo a reprodução das mesmas opiniões, configurando uma clara estratégia de manipulação e imposição de uma subserviência inquestionável. É por meio da *educação racional* que é fornecido à diversidade e o contraste necessário às associações das ideias (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.152). Isso se estende à questão dos direitos humanos, ao passo em que a abertura à diversidade por meio do cultivo e desenvolvimento da capacidade racional, produz um novo olhar sobre o *outro*, e nisso a autora irá incluir não só as mulheres, como as crianças, as pessoas negras e as menos favorecidas economicamente. Com isso, Wollstonecraft destaca a flexibilidade do entendimento e o poder transformador da educação sobre a mente, que é irreversível. Isto é, uma vez atingida a *maioridade*, tal como Kant (2008) cita em seu famoso opúsculo, não há um regresso ao estado de ignorância. Assim, Wollstonecraft realça o grande efeito que isso tem sobre o caráter moral da humanidade.

Tudo que elas veem ou ouvem serve para fixar impressões, provocar emoções e associar ideias que dão um caráter sexual à mente. As falsas

noções de beleza e delicadeza impedem o crescimento de seus membros e, em vez de órgãos delicados, geram um estado de desgosto enfermizo; assim, enfraquecidas por ocupar-se, em revelar, em vez de examinar, as primeiras associações impostas a elas por todos os objetos ao redor, como podem obter o vigor necessário para se libertarem de seu caráter artificial? (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.153)

Entretanto, para iniciar a discussão sobre a educação das mulheres para a esfera pública durante o período Iluminista, deve-se diferenciar a participação da mulher de acordo com seu nível social. Em Knott e Taylor (2005), é elencado as diferentes formas de contribuição política no contexto setecentista e oitocentista, tendo em vista que as ideias emancipatórias surgiram previamente por meio de panfletos e artigos até que atingisse, por volta dos anos 1780, uma maior abertura nas sociedades inglesas sobre o papel e importância da mulher na política. Os debates, no entanto, possuíam dois focos: (1) questionava-se sobre o *poder intelectual* das mulheres para terem o benefício da educação; (2) bem como se as mulheres deveriam ser incluídas no rol de *direitos políticos*. Sendo assim, as intelectuais da época anterior a Wollstonecraft teriam enfrentado uma dificuldade ainda maior em superar o preconceito e a associação que se fazia das mulheres com a *corrupção* e o *vício*.

Knott e Taylor (2005) definem, portanto, que os ditos reformistas (*reformers*) definiam a cidadania como algo essencialmente masculino, embora alguns modos de participação feminina eram bem evidentes. Primeiramente, as mulheres aristocratas tinham uma influência forte nas decisões políticas, ao passo em que conseguiam afetar diretamente nas eleições parlamentares, com o propósito de manter a influência de suas famílias dinásticas. A extensão do poder político dessas mulheres atingia, principalmente, o âmbito privado, através da filantropia, eventos em grandes salões, escrita de textos literários e, em alguns casos, textos políticos. Outras mulheres da classe trabalhadora auto intitulavam-se patriotas, embora nem sempre clamassem pelos direitos femininos (KNOTT; TAYLOR, 2005, p. 570-571). Para exemplificar, a historiadora Chalus — pioneira na inclusão das mulheres na historiografia — revela o poder muitas vezes coercitivo das aristocratas, semelhante ao de seus parceiros masculinos (KNOTT; TAYLOR, 2005, p. 571).

Em seu primeiro capítulo de sua *Reivindicação*, intitulado “*Considerações sobre os direitos e os consequentes deveres da humanidade*”, juntamente com a sua carta ao Sr. Talleyrand Périgord, Wollstonecraft (2016, p. 19-23) introduz os dois pilares da sua argumentação filosófica: os direitos das mulheres e a emancipação pela educação. Wollstonecraft, ciente das distinções sociais e do enfraquecimento mental sofrido pela maioria de suas contemporâneas, defende seu sexo e questiona a produção filosófica de sua época,

tida como “esclarecida”, ao mesmo tempo em que destaca a fragilidade do ordenamento jurídico no pós-Revolução Francesa. Sob sua perspectiva, esse sistema ainda registrava graves retrocessos, que desmoralizavam a sociedade e interrompiam o progresso do conhecimento e da virtude. É nesse “afeto pelo gênero humano” (Wollstonecraft, 2016, p. 17) que a filósofa inglesa propõe a educação para ambos os sexos, não restrita à esfera legal, mas como um *imperativo moral e civil da humanidade*.

A filósofa questiona a inconsistência e a injustiça na construção de princípios abstratos baseados na liberdade e no amor à humanidade, ao passo em que grande parte da humanidade não detém os princípios mencionados nos escritos iluministas. Tal inconsistência e injustiça de negação dos direitos civis e políticos seriam, portanto, um “tipo de argumentação dos tiranos” (WOLLSTONECRAFT, 2016 p.17). Wollstonecraft introduz a educação não apenas como um direito das mulheres, mas como um *interesse moral e civil*, na medida em que estas, dotadas de razão, apenas não estavam incluídas na esfera pública, pois eram impedidas na esfera legal e cívica. Confinadas em seus aposentos, com tarefas bem delineadas na esfera privada, apenas as atividades domésticas eram designadas às mulheres, incluindo uma questão extremamente proeminente nos textos da filósofa: a educação das crianças.

A filósofa inglesa põe em questão como as mulheres podem ser aptas a educarem os seus filhos e transmitir-lhes as virtudes necessárias para o desenvolvimento pleno, se a própria mulher, que é reconhecida pela sociedade como a principal educadora dos filhos, como menciona o próprio Rousseau (2022, p.7) em seu *Emílio*, não recebe a educação necessária. Em suma, mantidas na ignorância e na fraqueza corporal e mental, as mulheres estariam fadadas ao vício e à frivolidade, incapazes de agirem de maneira autônoma e de possuírem uma formação intelectual e moral. Wollstonecraft compara suas contemporâneas aos homens militares (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 44), pois estes adquiriam conhecimentos superficiais, baseados em observações irrefletidas “que nunca passaram pela prova do juízo” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 44) — ou seja, sem o pleno desenvolvimento da racionalidade, virtude e conhecimento, pilares da formação humana em sua visão. Contudo, apesar de compartilharem traços semelhantes às mulheres de sua época, esses homens “não perdem seu posto na distinção dos sexos, porque ainda são considerados superiores às mulheres” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 45), unicamente por serem do sexo masculino.

Wollstonecraft propõe um modelo educacional que harmoniza os âmbitos público e privado, permitindo que indivíduos de ambos os sexos desenvolvam plenamente suas faculdades racionais. Ao analisar a condição feminina em sua materialidade, a autora revela o paradoxo central dessa *domesticação*: quanto mais a mulher se dedica unicamente aos

afazeres privados e ao cuidado alheio, mas compromete o seu desenvolvimento intelectual, sua autonomia moral e sua própria capacidade de felicidade - esta última entendida não como mera satisfação imediata, mas como conquista progressiva através do cultivo consciente das virtudes. Para Wollstonecraft, tal cultivo exige necessariamente o acesso igualitário (1) à *educação racional* (condição epistemológica), (2) à *participação na esfera pública* (condição política), (3) à *independência econômica* (condição material). Sua crítica mais incisiva reside na demonstração de que a suposta "virtude" atribuída às mulheres - baseada na passividade, na obediência e na renúncia de si - não passa de vício disfarçado, pois a verdadeira virtude, para homens e mulheres, só emerge quando fundamentada na *razão autônoma*. Eis por que sua proposta educacional é radicalmente igualitária: apenas quando ambos os sexos puderem exercer deveres comuns, a partir de faculdades igualmente desenvolvidas, a sociedade alcançará uma virtude genuína.

Assim, com uma educação voltada unicamente à servidão e ao cultivo dos desejos sensuais, as mulheres se distanciam, cada vez mais, da própria racionalidade e tornam-se dependentes dos homens em todas as esferas da vida. Esta dependência se estende, inclusive, nas atividades ditas como “naturalmente femininas”, como a maternidade. Para Wollstonecraft, a educação mais perfeita deve ser aquela voltada ao cultivo do *entendimento*, aliado ao *fortalecimento corpóreo*, aspectos que historicamente foram incentivados no desenvolvimento masculino, que serão aprofundados no Capítulo 3.

1.4 A Primeira Reivindicação: *A Vindication of the Rights of Men* e a crítica à Edmund Burke

Wollstonecraft, em seu panfleto *A Vindication of the Rights of Men, in a Letter to the Right Honourable Edmund Burke; occasioned by his Reflections on the Revolution in France* (1790), recorre a uma estratégia muito utilizada pelas mulheres escritoras: o anonimato. Contudo, não demorou muito tempo até que o seu nome viesse à tona na segunda edição. Este texto demonstra a indignação e o desprezo da autora pela publicação do panfleto *Reflections on the Revolution in France* de 1790, escrito pelo estadista conservador Edmund Burke. Entretanto, Burke faz essa publicação também em resposta a outro discurso intitulado *A Discourse on the love of Our Country* (1789), redigido pelo pastor dissidente Richard Price, o qual foi mentor intelectual de Mary Wollstonecraft durante seu período em Newington Green.

Neste texto, Price defende os legados da Revolução Gloriosa de 1688, bem como salienta as possibilidades emancipatórias da Revolução Francesa, entregando um discurso otimista.

Mary Wollstonecraft, Thomas Paine, Catharine Macaulay, entre outros escritores e intelectuais de sua época, publicaram respostas aos discursos conservadores de Burke, gerando o que ficou conhecido como “guerra de panfletos”, ao passo em que várias respostas aos escritos de Burke e Price eram redigidos e publicados diariamente. *Vindication of the Rights of Men* publicado em 29 de novembro de 1790, apenas 28 dias depois de *Reflections*, não deve ser analisado apenas como uma mera resposta ao discurso conservador de Burke, mas como um material que fornece um texto filosófico basilar para entender o debate da época e pode ser entendido, como menciona Charlotte Stuart (1978, p. 84), como uma “filosofia humanística” (*humanistic philosophy*), na medida em que temas como direitos civis, direitos naturais, desigualdade, escravidão, propriedade, entre outros, são tratados pela filósofa. Deve-se ter em vista que o objetivo da filósofa foi estabelecer uma crítica direta ao pensamento conservador e propor uma reavaliação dos valores sociais e morais da sociedade inglesa, caracterizando o discurso de Burke como um exemplo de *degeneração moral*, salientando que este carece de princípios fundamentais e, portanto, de humanidade. Ela amplia esse argumento ao mostrar como a ausência de princípios fundamentais no governo explica a existência do sofrimento e da degradação humana (STUART, 1978, p. 85). O ataque ultrapassa à tese de Burke, fornecendo um diagnóstico crítico das políticas governamentais do sistema político oitocentista e da sociedade inglesa como um todo.

Para Burke, um algoz da Revolução Francesa, este momento histórico poderia ser caracterizado como “uma mina que há de explodir” (BURKE, 2015, p.114). Sua perspectiva a respeito dos direitos e liberdades era completamente oposta à ruptura política proposta pela Revolução, tendo em vista a sua defesa aos direitos e liberdades como heranças de seus antepassados e que esses deveriam ser preservados. Para ele, não deveria existir qualquer forma de benefício social aos desfavorecidos, os bens deveriam ser repartidos de forma proporcional a quantidades de bens que o indivíduo possui. Assim, quem “tem apenas cinco *shillings* na sociedade tem tanto direito a isso como aquele que tem quinhentas libras tem à sua proporção maior” (BURKE,2015,p.115). Além disso, para ele, cabe aos cidadãos de um Estado obedecer aos compromissos firmados pelos seus antepassados, haja vista que um homem nasce em um Estado no qual o pacto social já foi estabelecido e, portanto, os indivíduos não devem reclamar direitos que sejam incompatíveis com o que já foi firmado. Sendo assim, “nenhum homem deverá ser juiz em causa própria” (BURKE, 2015, p.116). De acordo com Burke, a partir do momento em que se constitui uma sociedade civil, a liberdade

do indivíduo torna-se absolutamente limitada com o surgimento do Estado, e tal renúncia inclui o direito à autodefesa, que é a primeira lei da natureza (BURKE, 2015, p.115). O Legislativo, Executivo e Judiciário são originados desse pacto social e estes que devem determinar o que é mais benéfico aos seus cidadãos, sendo o governo uma “invenção da sabedoria humana para prover às necessidades humanas” (BURKE, 2015, p.116).

A sociedade requer não só que as paixões dos indivíduos sejam refreadas, mas também no conjunto da sociedade, assim bem como nos indivíduos, que as inclinações dos homens devam ser frequentemente contrariadas, a sua vontade controlada e as suas paixões domadas. Isto apenas pode ser feito por um poder fora deles mesmos e que não esteja, no exercício desta função, sujeito à vontade e às paixões que é sua função refrear e submeter. Neste sentido, devem contar-se entre os direitos do homem não só as suas liberdades, mas também as suas restrições (BURKE, 2015, p. 116)

Discordando completamente da visão de Burke sobre a política da época, Wollstonecraft aponta as inúmeras incoerências trazidas nos argumentos do pensador conservador. Primeiramente, deve-se mencionar que tal cerceamento das paixões e a “manipulação” das vontades como funções governamentais chocam completamente com o que pensa a filósofa. Tal limitação na autonomia do indivíduo caminha totalmente em sentido oposto ao movimento iluminista da Era Moderna. Wollstonecraft, portanto, não admite que os direitos vigentes permaneçam os mesmos, mas, ao contrário, que avancem e evoluam. Como reforça Bonfim (2023, p. 8), a razão proposta pela filósofa difere da razão estritamente prática de Burke, já que a autora recorre à uma metafísica para justificar os direitos dos homens, isto é, parte-se do pressuposto de que toda a vida humana é um presente divino e, portanto, possui uma dignidade inata. Assim, se os direitos dos cidadãos se restringem a uma mera submissão e obediência cega, como pensa Burke, a barbárie seria inevitável. É através do aperfeiçoamento racional dos indivíduos, do diálogo entre classes e da redução das desigualdades que pode-se vislumbrar leis mais justas, fundamentadas racionalmente. Sob a lógica de Burke, no entanto, o governo não tem o objetivo de proteger os direitos naturais, tendo em vista que estes são abstratos e, portanto, defeituosos.

Em suma, Wollstonecraft também defende que os direitos não devem ser baseados pela propriedade, pelo sexo ou pela hereditariedade, mas, puramente, pela faculdade da razão. Os direitos ligados ao aspecto do nascimento apenas perpetuam uma cadeia de desigualdades e, o que ela pretende fazer em seu texto, é tratar os privilégios pela “régua fria da razão que iguala a todos pela noção de dignidade humana” (BONFIM, 2023, p.14). Assim

como Price, Wollstonecraft defende a perspectiva do direito do Homem como um direito de nascimento e que estes direitos intrínsecos estão sempre em constante ameaça devido ao “demônio da propriedade” (WOLLSTONECRAFT, 2016b, p. 9). Atacando o pensamento de Burke de que a propriedade é a riqueza herdada da aristocracia, a filósofa defende uma perspectiva lockeana de propriedade como fruto do trabalho pessoal (JONES, 2002, pp.48-49). Assim, ela busca desassociar a *propriedade* dos *direitos*, contrariando o estadista conservador, bem como não diferencia os *direitos naturais* dos *direitos civis* (Cf. BONFIM, 2023, p.11-12).

Ao ligar diretamente os direitos com a quantidade de fortuna e honra adquirida pela origem familiar, Burke argumenta a favor da injustiça social e apresenta um princípio egoísta ao argumentar a favor da perpetuação da propriedade entre os mais ricos e que os interesses de poucos comprometam os direitos da maioria. Em Botting (2006, p.78), tem-se que um dos grandes medos de Burke residia na possibilidade de destruição da “família hierarquizada” pela Revolução de 1789. Para ele, a família hierárquica, que seria uma família patriarcal, produziria os fundamentos morais da sociedade e do Estado. Ele enxergava as desigualdades de gênero e de classe como reflexos naturais e como formadores de uma harmonia política e social (BOTTING, 2006, p. 71). Em contraste, a filósofa inglesa acredita em uma *dignidade inata* a todos os seres humanos, independente do sexo, da nacionalidade e da classe social e isso será de suma importância para os seus textos posteriores defendendo a educação pública de acesso universal.

É necessário repetir, enfaticamente, que **existem direitos que os homens herdam ao nascer, como criaturas racionais**, que foram elevadas acima da criação bruta pelas suas faculdades aperfeiçoáveis; e que, ao recebê-los, não de seus antepassados, **mas de Deus, a prescrição nunca pode minar os direitos naturais** (WOLLSTONECRAFT, 2016b, p. 14, grifos próprios)

Ademais, um tema de suma importância trazido em seu texto de 1790 consiste na sua crítica enfática ao sistema escravagista. A autora critica de forma veemente a defesa de Burke ao comércio de escravizados, o qual justifica este ato desumano como uma “necessidade econômica”. Wollstonecraft (2016b, p.14-15) evidencia o ataque à dignidade humana que a escravidão representa e ressalta que este acontecimento atroz apenas fomenta a perpetuação da riqueza e das propriedades dos ricos, além de criar uma hierarquização entre seres humanos.

[...] nossos ignorantes antepassados, não compreendendo a nativa dignidade humana, sancionaram um tráfico que ofende todas as sugestões da razão e da religião, nós devemos nos submeter ao costume inumano, e qualificar como um insulto atroz à humanidade o amor ao nosso país, e uma submissão própria às leis pelas quais nossa propriedade está segura. – Segurança da propriedade! Eis, em poucas palavras, a definição da liberdade dos ingleses. E por esse princípio egoísta todos os outros são sacrificados. – O britânico toma o lugar do homem, e a imagem de Deus perde-se no cidadão! (WOLLSTONECRAFT, 2016b, pp. 14-15)

Em Burke tem-se, portanto, uma defesa servil da aristocracia britânica, vendo-a como um pilar essencial da ordem social, baseado em tradição, herança e virtudes acumuladas ao longo dos séculos. A Revolução Francesa seria um mecanismo de empoderamento da burguesia emergente e das massas, desestabilizando as elites da época. Todavia, Wollstonecraft enxerga a aristocracia britânica como perpetuadora das desigualdades profundas. Embora o texto de 1790 foque mais em direitos políticos, este panfleto demonstra-se de suma importância para entender o pensamento de Wollstonecraft de forma mais ampla, bem como da importância da educação como um pilar fundamental. Para ela, a reforma política está intrinsecamente ligada a uma reforma educacional: apenas com uma educação igualitária é possível superar essas desigualdades e promover a verdadeira emancipação.

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA EM WOLLSTONECRAFT: O DESENVOLVIMENTO DA RAZÃO E DA VIRTUDE PARA O APERFEIÇOAMENTO MORAL

2.1 O Primado da Razão em Wollstonecraft

A razão apresenta um grande primado nos escritos dos filósofos da Era Moderna. Um dos grandes expoentes entre esses pensadores foi o filósofo Immanuel Kant (1724-1804), que defendeu a ideia de que a razão humana deve permanecer livre de qualquer forma de submissão. Kant acreditava que, por meio do uso crítico e autônomo da razão, o ser humano seria capaz de alcançar verdades universais e necessárias, estabelecendo assim as bases para um conhecimento sólido e confiável. Ao apresentar sua tese relacionada à educação, Kant propõe um movimento segregador, seguindo o pensamento vigente, de distinguir a educação dada às mulheres e aos homens, salientando uma diferença natural instituída entre os sexos (KANT, 2012, p.34). De um lado, tem-se o *sexo virtuoso*, detentor da razão e, portanto, sublime; de outro, tem-se a mulher, com suas ações baseadas puramente na emoção e dedicação à família e ao homem, sendo classificada como o *sexo belo*. Na visão kantiana, a *menoridade* da mulher não a permite que esta aja por si mesma, dependendo dos homens em todas as instâncias da vida devido a essa falta de desenvolvimento natural da esfera racional. A perfectibilidade moral estaria situada em um certo intercâmbio entre as qualidades masculinas e femininas, as primeiras voltadas ao âmbito do sublime, do nobre, do elevado, enquanto as últimas estariam situadas na esfera do Belo, reconhecida na mulher. Kant salienta que isso não significa que a mulher careça de qualidades nobres”, ou que o sexo masculino deva ser inteiramente privado da beleza; espera-se, ao contrário, que cada sexo reúna a ambos, contudo, ambos devem reconhecer e deixar sobressair a “marca do seu gênero” (KANT, 2012, p.34). No entanto, há um outro movimento kantiano que inspirou mulheres como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft com ideias emancipacionistas, através da pergunta “*O que é esclarecimento?*”.

Esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A *minoridade* é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. Sapere aude! Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento. (KANT, 2008, p. 407)

Essa nova perspectiva iluminista, que realça a emancipação do pensamento por meio da faculdade racional, inspirou e fundamentou teoricamente os militantes dos movimentos abolicionista e pela igualdade entre homens e mulheres (MORAES, 2016, p. 10). Como sua contemporânea, Wollstonecraft busca oferecer uma nova ótica ao examinar como a negligência em promover o aperfeiçoamento intelectual das mulheres, junto à estereotipização da natureza feminina no período iluminista, resultou no confinamento das mulheres à esfera privada e na criação de justificativas para a manutenção dessa segregação social.

Em Smith (2019) e Richardson (2002), tem-se a relação entre o movimento britânico religioso de protestantes liberais não conformistas, chamados de Dissidentes Racionais (*Rational Dissent*) e a sua influência no pensamento de Wollstonecraft. Primeiramente, faz-se necessário explicar que esse movimento formou-se a partir de grupos intelectualizados, estudiosos, cientistas e teólogos, ou seja, atraía particularmente as classes médias da sociedade. Estes, além de rejeitarem o calvinismo e negarem a necessidade de uma “regeneração espiritual”, confrontando ideias “conformistas”, acreditavam na supremacia e aplicação da razão em todos os aspectos da vida, inclusive no que tange a tolerância religiosa universal. Tal movimento teve destaque a partir da década de 1790, principalmente a partir da publicação do texto de Richard Price *A Discourse on the Love of Our Country* (1789), que relaciona a Revolução Inglesa com a Revolução Americana e Francesa, criticado posteriormente por Edmund Burke em seu texto *Reflections on the Revolution in France* (1790).

Que período pleno de acontecimentos é este! Sou grato por tê-lo vivido; e quase poderia dizer: *Senhor, agora deixas teu servo partir em paz, porque meus olhos viram a tua salvação*. Vivi para ver uma difusão do conhecimento, a qual derrubou a superstição e o erro — vivi para ver os direitos dos homens melhor compreendidos do que nunca; e nações ansiosas por liberdade, que pareciam ter perdido a ideia dela... Após participar dos benefícios de uma Revolução, fui poupado para ser testemunha de outras duas Revoluções, ambas gloriosas. — E agora, parece-me, vejo o ardor pela liberdade contagiar e se espalhar; uma mudança geral começando nos assuntos humanos; o domínio dos reis sendo substituído pelo domínio das

leis, e o domínio dos sacerdotes cedendo lugar ao domínio da razão e da consciência. (PRICE, 1790, 49-50, tradução própria)

Como explica Smith (2019, p.58-60), Wollstonecraft nunca se tornou uma dissidente, mas compartilhava algumas crenças, como a questão da compatibilidade entre *razão* e *crença religiosa*, bem como o aspecto do “otimismo milenar”. No *Discurso* de Price (1790), por exemplo, ele descreve que as revoluções sucessivas ao longo século XVIII demonstravam um processo em direção às grandes realizações do milênio. Enquanto isso, Wollstonecraft (2016, p.78) acredita no aperfeiçoamento individual, através de uma espécie de “melhoramento” da alma ao longo da vida, à medida que a razão se desenvolve. A educação, principalmente através das ciências e das artes (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.228), seriam a chave para que esse intelecto fosse desenvolvido da maneira correta, pois, como argumenta a autora, enquanto permanecesse naquele estado em que os homens vinham sendo conduzidos, o caminho da emancipação estaria cada vez mais distante.

A esse erro os homens têm sido conduzidos, provavelmente, ao olhar a educação sob uma luz falsa, sem considerá-la como o primeiro passo para formar um ser que avança de forma gradual até a perfeição, senão apenas como uma preparação para a vida. Sobre esse erro sensual, porque assim devo chamá-lo, tem sido erigido o falso sistema dos modos femininos, que despoja todo o sexo de sua dignidade e classifica sua beleza e opacidade como as flores sorridentes que apenas adornam a terra. Essa tem sido sempre a linguagem dos homens e o medo de se apartar de um suposto caráter sexual tem feito até as mulheres com entendimento superior adotarem os mesmos sentimentos. Assim, o entendimento, estritamente falando, tem sido negado à mulher, e o instinto tem ocupado seu lugar, sublimado em perspicácia e astúcia para as coisas da vida (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.78)

Essa condução de forma errônea da razão, apartaria os seres humanos, cada vez mais, do que a filósofa compreende por *entendimento*. Para ela, o *entendimento* consiste no “poder de generalizar ideias, de tirar conclusões amplas a partir de observações individuais” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.79). Em outras palavras, o conhecimento seria a consequência do aperfeiçoamento da razão, que auxiliaria na apreensão dos fatos externos e, a partir disso, os próprios seres racionais podem construir as suas próprias opiniões e, assim, formarem suas individualidades e subjetividades. A razão, em Wollstonecraft, portanto, é uma faculdade que há em todos os seres humanos, indiscriminadamente, porém, apenas através do seu aperfeiçoamento gradual que estes podem conhecer o mundo, sem que haja interferências externas, como a propagação de discursos preconceituosos e opiniões do senso comum.

Os homens, em geral, **parecem empregar a razão para justificar preconceitos, assimilados quase sem saber como, em vez de procurar desarraigá-los.** A mente que forma com resolução seus próprios princípios deve ser forte, porque prevalece uma espécie de covardia intelectual que faz com que muitos homens recuem diante da tarefa ou simplesmente a façam pela metade. No entanto, as conclusões imperfeitas a que chegam são, com frequência, muito plausíveis, **porque se constroem a partir de uma experiência parcial e de pontos de vista justificados, ainda que estreitos.** (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.31, grifos próprios)

Desta forma, Wollstonecraft indica que um bom uso da razão não apenas proporciona um olhar mais crítico e reflexivo sobre os acontecimentos do mundo, mas também gera uma independência, uma “liberdade perfeita” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.157). Apenas a partir de uma educação racional que há a maturidade das ideias, enquanto as mulheres fossem “escravas de seus sentidos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.88), elas permaneceriam em um eterno “estado de infância” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.88). Com isso, Wollstonecraft reforça que a dependência das mulheres de sua época decorria precisamente do abandono social ao desenvolvimento intelectual feminino, tornando-as “frágeis em todos os sentidos da palavra, [...] obrigadas a contar com um homem para qualquer bem-estar” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 88) e, assim, comprometendo sua autonomia.

Wollstonecraft, ao denunciar os traços de caráter supostamente naturais das mulheres reiterados em diversos escritos filosóficos (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.94), a autora expõe como o próprio movimento iluminista buscou interromper o *progresso da virtude*⁶ na sociedade, enfatizando que essa só seria plenamente desenvolvida a partir do uso correto da razão. À luz deste argumento, observa-se que uma educação deficitária para as mulheres acarretaria diretamente em sua incapacidade de serem boas cidadãs e companheiras para seus maridos, bem como de exercerem a maternidade de forma racional. Com o casamento sendo a grande finalidade da vida feminina no período em que ela vive, e o aprendizado de prendas domésticas ocupando um papel central na formação das mulheres, o fato dela contra argumentar, criticar e colocar a instituição matrimonial como uma mantenedora da submissão das mulheres, era uma atitude, em si, revolucionária.

Em seu Capítulo 4 da *Reivindicação*, “*Observações sobre o estado de degradação a que, por causas diversas, se encontra reduzida a mulher*”, a filósofa inicia o texto

⁶ O conceito de “virtude” relaciona-se com o conceito de razão e conhecimento, formando uma tríade basilar para a compreensão da totalidade da filosofia da Educação proposta em Wollstonecraft. Esse conceito será trabalhado de forma mais aprofundada na parte 2.2 da presente pesquisa.

comparando a situação das mulheres com a dos escravizados. Ela cita uma espécie de fala frequente dos defensores da aristocracia, os quais acreditavam que: “não se deve dar relevância ao povo, caso contrário os escravos dóceis que pacientemente se permitem conduzir perceberiam sua própria importância e rechaçariam as correntes” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.77). A partir dessa analogia, Wollstonecraft pretende advogar não apenas contra as injustiças às mulheres, mas também estendê-las contra outros grupos minoritários na sociedade, como os escravizados. A própria estrutura social impediria a emancipação destes, ao passo em que a *negação da razão* desses indivíduos culminaria na impossibilidade destes alcançarem o conhecimento. Neste mesmo capítulo, a autora apresenta um conceito inicial de razão. Para ela, a razão consiste no “simples poder do aperfeiçoamento”, além disso, ela completa, é o “poder de discernir a verdade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.79). A natureza da razão seria, portanto, a mesma em todos, sendo o elo que une a ‘criatura’ com o seu ‘Criador’, reforçando o seu argumento teológico. Os conceitos utilizados pela filósofa para caracterizar a razão como *aperfeiçoamento* e como *discernimento da verdade*, também muito bem trabalhado na dissertação de Bonfim (2021, p.22-30), fornecem um bom panorama sobre como a formação intelectual por meio do cultivo da razão, possibilitaria que homens e mulheres caminhassem em direção à perfectibilidade da alma e, conseqüentemente, para a *liberdade*.

A educação através do *aperfeiçoamento racional* em Wollstonecraft surge como única saída para que a mulher possa se guiar pela sua própria razão, fortalecendo a sua mente e desvinculando-se de uma obediência cega e alienante. Em suma, para ela, as mulheres “tornam-se presas fáceis dos preconceitos e, adotando opiniões alheias, submetem-se cegamente à autoridade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.45), e, portanto, perpetua-se a objetificação e infantilização femininas. Assim, Wollstonecraft tece uma crítica não apenas a suposta fraqueza mental atribuída às mulheres, mas também a sua fragilidade física⁷. Nesse contexto, a autora questiona, inclusive, a educação passada das mães aos filhos “como se pode esperar que governem uma família com juízo ou cuidem das pobres crianças que trazem ao mundo?” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 28). Ela sustenta que o desenvolvimento da virtude é comprometido, pois não se pode exigir virtude daquelas que desconhecem o verdadeiro significado de *agir virtuosamente*. Deste modo, no próximo ponto, tem-se como objetivo aprofundar a questão da virtude, a sua relação com o conhecimento, e como ela age no aperfeiçoamento moral do indivíduo.

⁷ A importância do fortalecimento corporal também será trabalhado posteriormente nesta pesquisa.

2.2 A Razão e o Aperfeiçoamento Moral como caminho para a Virtude na Segunda Reivindicação

Durante os séculos anteriores, principalmente entre os séculos XVI e XVII, a posição de sujeição da mulher na sociedade foi fortemente influenciada pelos escritos bíblicos e suas interpretações. Durante este período, os homens começaram a interpretar e divulgar suas percepções individuais sobre as histórias bíblicas (MORGAN, 2007, p.63). Tradicionalmente, a desigualdade de gênero foi primeiramente retratada como consequência do pecado de Eva no Paraíso. Beauvoir, em sua grande obra *O Segundo Sexo*, publicado em 1949 explica a origem desses obstáculos.

Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à Terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade dominios: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a Filosofia e a Teologia a serviço de seus desígnios, como vimos pelas frases citadas de Aristóteles e São Tomás. Desde a Antiguidade, moralistas e satíricos deleitaram-se com pintar o quadro das fraquezas femininas. (BEAUVOIR, 2009, p.23)

A partir desse pensamento, afirmava-se que as mulheres sofriam “punições sociais”, por conta desse acontecimento do antigo testamento. Em Taylor (2002), percebe-se que há uma certa relutância dos estudiosos em Mary Wollstonecraft em considerá-la como uma ‘pensadora religiosa’. Assim como a tradição iluminista-humanista, o pensamento feminista atual muitas vezes distancia o apelo constante à uma ordem divina mencionado ostensivamente nos textos da filósofa, principalmente na sua obra-síntese de 1792, o qual contém cerca de “cinquenta discussões com temas religiosos, variando de breves declarações sobre um ou outro ponto doutrinário a análises extensas do lugar das mulheres dentro de um universo moral divinamente ordenado” (TAYLOR, 2002, p. 99, tradução própria). Além disso, a justificativa para tal reivindicação teria sido, para ela, uma forma de exercício racional que, graças a uma força divina, ela foi capaz de ousar exercer a sua própria razão a fim de ajudar a libertar o seu sexo, não apenas libertá-las da subjugação oriunda do sexo opressor, mas também libertá-las do aprisionamento causado pelo distanciamento com Deus, a partir do momento em que elas não trilham o caminho da virtude.

Se a Razão oferece sua sóbria luz, se as mulheres são realmente capazes de agir como criaturas racionais, que não sejam tratadas como escravas nem como animais que, submetidos ao homem, dependem da sua razão; mas, ao

contrário, cultivem sua mente, deem a elas o limite sublime e salutar dos princípios e deixem que alcancem a dignidade consciente, sentindo elas próprias que dependem apenas de Deus. Ensinem-nas, como aos homens, a se submeter à necessidade, em vez de atribuírem um sexo à moral para torná-las mais agradáveis. [...] Agradeço àquele Ser que os inculcou em minha alma e me deu suficiente força mental para me atrever a exercer minha própria razão até que, tornando-me dependente apenas dele para o sustento de minha vida, vejo com indignação as noções errôneas que escravizam as pessoas do meu sexo. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.58-59)

A religião e a questão da virtude consistem em importantes pilares para a construção da tese de Wollstonecraft. Para a filósofa, como destaca Morgan (2007), não havia sido dada às mulheres a oportunidade de alcançar a 'perfeição divina' – que, segundo ela, só poderia ser conquistada por meio do cultivo das virtudes, fornecida através do aperfeiçoamento da razão. Contudo, Rousseau, como será desenvolvido adiante ao discutir sobre a teoria da Educação rousseauiana, salienta o fato de que as mulheres devem atingir a aclamada 'perfeição divina' através dos trabalhos do 'homem', sendo impossibilitadas de fazer isso de forma autônoma.

Essa questão da virtude se relaciona diretamente com o primado e aperfeiçoamento da razão mencionada anteriormente, no ponto 2.1. Para a filósofa, enquanto a razão seria aquilo que nos distingue dos animais, a virtude seria aquilo que eleva um ser acima do outro (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.30). Além disso, a perfeição da natureza humana seria medida através do grau de razão, virtude e conhecimento que cada um possui. Assim, o vínculo entre razão e virtude é profundo e necessário, na medida em que àquele que pratica a virtude, o ser virtuoso, faz o exercício da sua própria racionalidade (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.30-31). Em Wollstonecraft (2016, p.78), tem-se o conceito de razão interligado à dois tipos de argumentos: o *teológico*, a partir de uma concepção metafísica da alma e, o segundo, através do *aperfeiçoamento racional* para alcançar o conhecimento. Primeiramente, faz-se necessário ressaltar que, para a filósofa, a razão, que consiste nessa potência essencialmente humana, situa-se na alma (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.90). Ademais, tal potência racional seria concedida por Deus, isto é, seria através *dele*, que, tanto homens quanto mulheres, teriam força mental para ir em busca do desenvolvimento da Razão, sendo esta uma “marca da imagem celestial” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.59). A filósofa afirma, nesse ínterim, que a “cada indivíduo constitui um mundo em si mesmo” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.78), ou seja, cada indivíduo teria esse vínculo com seu Criador através da razão, vínculo este que seria mediado pela alma.

Pode uma alma que não se aprimora pelo exercício de sua própria razão levar a marca da imagem celestial? Enfeitada exteriormente com apurado

capricho para agradar ao homem “a quem ela tem a honra de amar”, à **alma feminina não se concede essa distinção; com o homem sempre colocado entre ela e a razão, é sempre representada como se tivesse sido criada apenas para enxergar de modo nebuloso e aceitar as coisas em confiança.** Mas, se dispensarmos essas teorias ilusórias e considerarmos a mulher como um todo, da maneira como deve ser, e não como parte do homem, a pergunta seria se ela possui razão ou não. Em caso afirmativo, o que por ora admitirei, **ela não foi criada meramente para ser o consolo do homem, e o caráter sexual não deveria destruir o caráter humano.** (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.78, grifos próprios)

Desta forma, ao afirmar a existência de Deus e da alma a fim de justificar a existência da razão indiferenciada para homens e mulheres, a autora não adiciona nenhum limitador externo. Pelo contrário, tal dádiva do Criador seria dada independentemente de qualquer critério social, econômico e, principalmente, biológico. Contudo, Wollstonecraft (2016, p.57) reforça que poucas mulheres até aquele momento, tinham “fugido” do que era prescrito para seu sexo. Ao passo que, mulheres que seguiam caminhos considerados distintos, como o dela própria, direcionado à vida intelectual, eram consideradas como “masculinizadas”, “confinadas, por engano em estruturas femininas” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.57). Essa diferenciação dos sexos foi adotada de forma forçosa pelos próprios seres humanos do sexo masculino, a partir de uma insistência ferrenha em acentuar uma inferioridade inexistente nas mulheres. Contudo, a filósofa contrapõe essa ideia ao propor aos homens de sua época que deixem espaço para que as mulheres possam desenvolver suas faculdades e, conseqüentemente, as suas virtudes, e, então poderiam decidir qual seria a posição intelectual do sexo feminino na sociedade.

Além disso, o intelecto é necessário para dar variedade e interesse aos prazeres sexuais, pois muito abaixo na escala intelectual está a mente que pode continuar a amar quando nem a virtude nem o bom senso dão uma aparência humana a um apetite animal. [...] Na mesma proporção em que os homens adquirem virtude e delicadeza pelo exercício da razão, eles procurarão essas características nas mulheres, mas elas só podem obtê-las do mesmo modo que os homens. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.228)

Por ter traduzido e revisado diversas obras teológicas em três línguas diferentes, Wollstonecraft sempre esteve familiarizada com os principais debates teológicos da sua época (TAYLOR 2002, p.101). Para ela, a religião⁸ era um princípio governante da conduta, o qual

⁸ Como explica Taylor (2002), houve uma mudança significativa a respeito do pensamento teológico no século XVIII. Tal mudança se alinha com o pensamento da época que passou a ligar a crença religiosa ao “feminino”, voltado ao campo do “sentimento” (*sentiment*). Isto se relaciona com a questão da diferença dos sexos tão mencionada por vários autores, incluindo Rousseau em seu Livro V no Emílio, ou da Educação de 1762,

era extraído diretamente da razão. Deus, para a filósofa inglesa, não poderia querer que as mulheres vivessem como seres inferiores, haja vista que *ele* criou o homem e a mulher, de acordo com Gênesis 1:27, à sua imagem e semelhança. Entretanto, o oposto da utópica perfeição estava sendo posto na sociedade, na medida em que um sexo abertamente subjuga o outro e questiona a capacidade racional deste. Com isso, a pergunta que norteia o argumento teológico da autora é: *Por que Deus deu às mulheres a capacidade de reflexão e as paixões, se não fosse para que as usassem?* Somado à isso, Wollstonecraft adiciona dois outros elementos ao seu argumento teológico: a *perfectibilidade* e *imortalidade da alma* (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.77). A imortalidade da alma poderia ser alcançada pelo próprio ser humano, que é naturalmente imperfeito, através da busca incessante pelo desenvolvimento da razão. A partir do constante progresso, Wollstonecraft vislumbra a possibilidade de atingir uma “razão perfeita”, “ao se empenhar com dignidade e de se elevar por meio dos esforços que realmente aperfeiçoam a criatura racional” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.82). Entretanto, na obscuridade e no distanciamento cada vez mais proeminente das mulheres de sua época, essas se encontravam cada vez mais distantes dessa perfectibilidade racional.

Ao reafirmar constantemente a necessidade do aperfeiçoamento racional, principalmente para as mulheres, a filósofa pretende estabelecer um diálogo direto com os filósofos de sua época, que, em sua visão, vinham adotando uma postura “muito pouco filosófica” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.40) ao negligenciar o entendimento feminino. Para ela, o objetivo desses era reafirmar a posição de sujeição das mulheres na sociedade, infantilizando-as e destinando-as apenas a satisfazer os sentidos dos homens e a serem graciosas (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 39). A fim de exemplificação, pode-se mencionar o seu principal interlocutor, Rousseau. De acordo com a perspectiva de Rousseau, as mulheres seriam dotadas de uma razão de caráter prático (ROUSSEAU, 2014, p.547), isto é, elas não teriam capacidade de abstração e generalização, o que as impediria de acessar suas respectivas faculdades racionais. Assim, ao estabelecer a existência de uma razão individual universal, ela pretende combater os argumentos de filósofos que não consideram as mulheres como sujeitos completos. A filósofa põe, em suma, a necessidade urgente de dispensar teorias que considerem a mulher como parte do homem, como um mero enfeite para agradá-lo e sempre

reforçando a oposição entre razão (masculino) e emoção (feminino). Wollstonecraft não escapou de tal comparação, sendo descrita, inclusive pelo filósofo político e seu último parceiro romântico, William Godwin, como uma “Werther feminina” (*female Werther*), ao fazer uma alusão à obra romântica goethiana *Os sofrimentos do Jovem Werther*, de 1774.

intercedida por este. Com isso, para ela, “o caráter sexual não deveria destruir o caráter humano” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.78). Além disso, ao analisar e observar a degradação da relação entre os sexos, Wollstonecraft salienta a necessidade do aperfeiçoamento racional mútuo:

Os dois sexos se corrompem e se aperfeiçoam mutuamente. Acredito que essa seja uma verdade indiscutível, que se estende a qualquer virtude. A castidade, a modéstia, o espírito cívico e todo o nobre séquito das virtudes, sobre o qual se fundamentam a virtude social e a felicidade, devem ser entendidos e cultivados por toda a humanidade; caso contrário, seu efeito será reduzido. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.178)

Tal concepção é chave para entender a sua concepção da perfectibilidade universal e de aperfeiçoamento da espécie. Em Wollstonecraft, como também é observado em Bonfim (2021, p.24-25), há sempre um movimento do *individual* para o *coletivo*. Para ela, a questão da moralidade e das virtudes devem ser pensadas como consequência direta do aperfeiçoamento individual. Ao considerar o ser humano como imperfeito, porém dotado de potencial para elevar-se em sua existência, a filósofa abre espaço à mudança social por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento da razão individual via educação. Sob sua perspectiva, apenas por meio do contínuo progresso da faculdade racional, que o ser humano pode adquirir virtudes e, ao longo da vida, aperfeiçoá-las. Um paralelo que a filósofa estabelece para compreender essa noção do “individual” para o “social”, está na importância das escolas públicas ao incluírem o ensino da anatomia e medicina para as mulheres, a fim de que elas próprias possam cuidar da própria saúde, bem como a de todos ao seu redor (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.228). O aperfeiçoamento individual, portanto, mediado pela educação, por meio das ciências, das artes, ciência da moralidade e da história política da humanidade (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.228), faz parte do escopo pensado por ela para a formulação de uma concepção otimista da *perfectibilidade*, um conceito que também é trabalhado em Rousseau, o qual será apresentado no próximo capítulo.

Ao conceber o homem como um “microcosmo” e a família como um “Estado” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 228), Wollstonecraft parte da ideia de que grande parte da corrupção moral, dos vícios e das desigualdades — que se espalham em larga escala e corrompem o corpo político — origina-se precisamente do âmbito individual. Sob sua perspectiva, o desenvolvimento e a evolução dos seres humanos, individualmente, permitem que se tornem melhores versões de si mesmos: por meio do aperfeiçoamento da razão e da aquisição da virtude ao longo da vida, torna-se possível uma mudança externa. Assim, o

progresso social da humanidade está diretamente ligado ao aspecto moral individual das pessoas, incluindo as mulheres nesse grupo. Como explica Bonfim (2021, p. 25), para a filósofa, virtude e perfectibilidade relacionam-se pela sabedoria, desejável por si só é constituída pela busca de elevação e equilíbrio do coração, bem como pela reflexão e aperfeiçoamento (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 30). Por meio da convivência comunitária e do esforço individual de cada integrante (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 222), torna-se viável uma marcha gradual rumo à perfeição (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 62).

Com isso, Wollstonecraft propõe uma *educação para a cidadania*, na medida em que se ocupa em pensar em um modelo educacional e de república que defende a cidadania plena para todos, a fim de que cada indivíduo, indistintamente, possa, através da sua razão contribuir, para o progresso da humanidade. Ademais, tal aperfeiçoamento moral deve ser sempre acompanhado do fortalecimento do físico (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.227) que, para ela, deve ser iniciado desde a mais tenra idade. Outro componente de suma importância é a questão do afeto, principalmente dentro do seio familiar, que auxilia na construção de seres virtuosos.

2.3 Uma Novo Olhar para a Infância: O Afeto como fundamental na construção do *ser virtuoso*

Em um texto indispensável para a compreender o histórico da relação entre pais e filhos e a história da educação escolar, Ariès (1973, p.231) em sua *História Social da Criança e da Família (L'Enfant et la Vie familiale sous l'Ancien Régime)*, apresenta a transformação profunda e lenta da atitude e da percepção dos adultos em relação aos seus filhos e à infância como um todo. Até a Idade Média, as crianças eram educadas e tratadas como adultos de menor estatura. Estas não eram consideradas sujeitos completos, com necessidades próprias de suas faixas etárias. Além disso, não existia o afeto parental como algo fundamental na relação familiar: nas famílias inglesas, como exemplifica Ariès (1973,p. 226-227), as crianças eram conservadas em casa até a idade de sete ou nove anos e, posteriormente, tanto meninas quanto meninos eram enviados para trabalhar na casa de outras pessoas, permanecendo nesses locais por anos, até por volta dos seus 14 ou 18 anos.

Na língua francesa dos séculos XVI e XVII, a palavra *garçon* designava ao mesmo tempo um rapazinho novo e um **jovem servidor doméstico**: foi conservada para interpelar os empregados que servem num restaurante. Mas mesmo quando, a partir dos séculos XV-XVI, começou-se a distinguir melhor dentro do serviço doméstico os serviços subalternos dos ofícios mais nobres, **o serviço da mesa continuou a ser tarefa dos filhos de família e não dos empregados pagos**. Para parecer bem educado, não bastava como hoje saber comportar-se à mesa: era preciso também servir à mesa. O serviço da mesa até o século XVIII ocupou um lugar considerável nos manuais de civilidade e nos tratados de boas maneiras. (ARIÈS, 1973, p.229, grifos próprios)

No entanto, foi na Modernidade, que houve uma revolução no tratamento e no reconhecimento da infância como fase primordial no desenvolvimento humano. Um grande paradigma na área da educação foi a publicação do *Emílio, ou da Educação*, em 1762. Rousseau constrói em seu tratado da Educação, uma nova concepção de criança e de infância, além de adicionar um novo papel ao educador, o qual teria como objetivo observar a criança em sua totalidade. Assim, há uma sensibilidade moderna coletiva perante a figura da criança (BOTO, 2009, p.124). Somado à isso, tem-se uma maior aproximação dos pais em relação aos seus filhos, esses passam a adotar um sentimento de constante vigilância e proteção, ou seja, “a família concentrou-se em torno da criança” (ARIÈS, 1973, p. 232). É também neste período que nascem os colégios, levantando debates do que seria mais benéfico às crianças: enviá-las à essas instituições ou adotar uma educação doméstica com acompanhamento de um preceptor contratado pela família. Vale ressaltar que não há, nesse período, o conceito de educação pública que tem-se nos dias atuais, tal processo foi impulsionado principalmente com a Revolução Francesa. Este tema relaciona-se com a construção da educação nacional proposta em Wollstonecraft (2016, p.205-229), que será discutido no Capítulo 3 da presente pesquisa. Além disso, é importante salientar que mesmo com o advento da proliferação das escolas, isso não afetou uma vasta parcela da população infantil, que permaneceu com a educação segundo os moldes antigos de aprendizagem (ARIÈS, 2016, p. 233).

Antes de mais nada, havia as meninas. Com exceção de algumas, que eram enviadas às “pequenas escolas” ou a conventos, a maioria era educada em casa, ou também na casa de outras pessoas, uma parenta ou vizinha. A extensão da escolaridade às meninas não se difundiria antes do século XVIII e início do XIX. [...] Durante muito tempo, as meninas seriam educadas pela prática e pelo costume, mais do que pela escola, e muitas vezes em casas alheias. (ARIÈS, 1973, p.233)

Para a filósofa inglesa, que teve uma educação doméstica e autodidata, vê-se uma defesa tenaz dos estabelecimentos escolares para ambos os sexos. Os espaços escolares, para ela, ultrapassam a esfera do ensino, e também tornam-se lugares importantes para o diálogo e contato com diferentes realidades, na medida em que seu projeto educacional inclui crianças e adolescentes de diferentes faixas socioeconômicas. Ao criticar os moldes de uma educação pautada apenas no seio familiar, ela argumenta que, muitas vezes, o afeto parental vem carregado de uma espécie de tirania (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 192), o que prejudicaria a formação do jovem e na própria relação filial. A visível hierarquia entre os pais, principalmente perante a figura paterna, cria uma espécie de despotismo, onde a figura de autoridade pede, a todo tempo, obediência incondicional de seus filhos. Para que isso não ocorra, Wollstonecraft defende a criação das instituições de ensino e revela a importância da formação de homens e mulheres bons e sábios, que acreditem firmemente na importância de uma “mente humana ilustrada” e, conseqüentemente, “mais profunda será a raiz dos princípios justos e simples” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.192). Em outras palavras, apenas com o aperfeiçoamento moral dos indivíduos, que teremos, no futuro, bons pais e boas mães, como explicado na seção 2.2 do presente texto. Apenas com a evolução do pensamento, a perfectibilidade constante da razão individual e com esse “poder de refletir sobre o passado e de lançar o olhar penetrante na contemplação do futuro” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.196), que é possível construir uma relação benéfica entre pais e filhos, distanciando de ideias tirânicas e de obediência cega e irracional. Para a filósofa, é através da relação de afeto e respeito entre pais e filhos, que é possível o crescimento de cidadãos virtuosos.

Até meados do século XVIII, nota-se uma indiferença a respeito da questão da maternidade e da relação entre mãe e filho na literatura. Porém, houve algumas tentativas na literatura, como explica Fontes (2008, p.67-94), de abordar essa questão com mais atenção. O trabalho de Elisabeth Badinter, *Um amor conquistado: O Mito do Amor Materno* (1985), traz um panorama que permite ter um diagnóstico sobre o tema. A filósofa francesa procura responder se o denominado “amor materno” seria uma característica inerente à condição de mulher, ou se tal traço é adquirido. Além disso, a autora também faz uma investigação sobre a maternidade e a relação entre mães e filhos ao longo dos séculos, principalmente a partir do século XVIII. Em Wollstonecraft, todavia, essa temática é tratada, principalmente, em os seus escritos literários inacabados *Maria, or the wrongs of Woman* (1798) e *Mary, a Fiction* (1788). Nestas obras, encontram-se muitas críticas da autora na representação de suas personagens, centrada nas figuras familiares. Assim como nos escritos mais políticos e históricos, Wollstonecraft entrelaça a sua biografia com o seu pensamento.

Devido à violência doméstica perpetrada pelo pai, à ausência de afeto e à solidão na infância, além da preferência que sua mãe demonstrava pelo filho mais velho (FONTES, 2008, p. 69-70), Wollstonecraft retrata muitos desses episódios em seus escritos literários, inclusive, ao colocar o nome do personagem agressor como o mesmo do seu pai, Edward. Em *Mary, a Fiction* (1788) estas cenas se repetem: a personagem principal sofre violência paterna, bem como a figura da mãe que privilegia o filho homem também é representada. Ademais, o vazio sofrido pela personagem, com um tom melancólico ao descrever as relações desafetuosas entre seus pais, os vícios masculinos e a submissão das mulheres, principalmente da figura materna, são recorrentes:

Sua sensibilidade a levou a buscar um objeto para amar; na terra, não havia para ser encontrado: **sua mãe frequentemente a desapontava, e a aparente parcialidade que mostrava por seu irmão lhe causava uma dor esquisita — provocava uma espécie de melancolia habitual**, levava-a a uma inclinação por ler histórias de desventura, e a fazia quase realizar o sofrimento fictício. (WOLLSTONECRAFT, 2005, p. 35, tradução e grifos próprios)

Como explica o jornalista, filósofo político e romancista, William Godwin (1756-1836), último marido de Mary Wollstonecraft, pai de Mary Shelley, que, em homenagem a esposa, publicou muitos de seus escritos postumamente e escreveu o *Memoirs of Mary Wollstonecraft* (1798), o romance inacabado de 1788 parece descrever muitos eventos de sua vida. Além dos elementos supracitados, a experiência como autodidata, os inúmeros momentos de solidão, o amor à natureza e a gana pelo aprendizado, são apresentados nesta obra.

Em Wollstonecraft (1788,1798), ocorre, portanto, a valorização da maternidade como fundamental para o crescimento físico e mental saudável da criança. Rousseau (2022, p.19-22) reforça a importância do contato materno no *Emílio*, porém critica a postura das mulheres de sua época em relação à maternidade, ao delegar funções a outras mulheres, como entregar os seus filhos às amas de leite. Este tema também é trazido no primeiro escrito de Wollstonecraft, *Thoughts on the Education of Daughters*, de 1787. Para ela, a base de tudo em um processo formativo consiste em uma boa constituição corporal, a qual é iniciada através da amamentação. As mães, portanto, devem amamentar seus filhos, já que é o alimento adequado para eles (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.7). Essa tarefa só deveria ser delegada à outras

mulheres se houver razões muito fortes que a impeçam de seguir com esse cuidado tão primordial.

Crianças deixadas aos cuidados de amas ignorantes têm seus estômagos sobrecarregados com alimentos inadequados, que se tornam ácidos e as deixam muito desconfortáveis. Devemos ter cuidado especial para protegê-las em seu estado infantil da dor corporal; pois suas mentes não dispõem nesse momento de entretenimento para aliviá-la. **Os primeiros anos de vida de uma criança são frequentemente tornados miseráveis por negligência ou ignorância. Suas queixas são, em sua maioria, do estômago ou dos intestinos; e essas queixas geralmente surgem da qualidade e quantidade de sua alimentação.** (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.7, tradução e grifos próprios)

Wollstonecraft (2016, p.197) retoma essa crítica rousseauiana sobre a questão da amamentação também em seu escrito político, ao afirmar que este ato, além de ser um cumprimento de dever, inspira tanto o afeto maternal quanto filial. Ademais, Wollstonecraft procura fornecer uma solução para esse problema trazido por Rousseau, que seria através da melhoria nas condições sociais e políticas das mulheres. Apenas desta forma que uma mudança nos comportamentos seria possível. Além disso, ela clamava pela importância do afeto e da responsabilidade parental de ambos, pais e mães, como imprescindíveis na formação de cidadãos virtuosos.

O pai que se esforça diligentemente para formar o coração e ampliar o entendimento de seu filho deu aquela dignidade que **só a razão pode dar ao cumprimento de um dever**, comum a todo reino animal. **É o afeto parental da humanidade, que supera em muito o afeto natural instintivo.** Esse pai adquire todos os direitos da mais sagrada amizade, e seu conselho, mesmo quando o filho já é adulto, demanda séria consideração. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.196, grifo próprio)

Seguindo esse pensamento, Wollstonecraft também irá argumentar que, uma vez que o cuidado com os filhos na fase inicial da vida é considerado um dos grandes deveres ligados ao caráter feminino (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.196), a formação da mente e da capacidade de entendimento dessas mães devem ser fortalecidos desde cedo. A afeição que não se liga aos extremos, isto é, que não gera uma completa negligência ou o extremo da superproteção, é evitada através do bom senso gerado pela razão. Para a autora, uma razão enfraquecida no indivíduo, atinge diretamente o desenvolvimento da sensibilidade e das afeições deste. Portanto, isso elimina um elemento primordial que deve ser reforçado na relação entre pais e

filhos: o dever de formar um cidadão, e não apenas um indivíduo que serve aos caprichos da família. As esposas submissas, são, em sua concepção, “mães tolas” e que desejam que os filhos as amem acima de tudo (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.197). Esta ideia foi apresentada, inclusive, em sua primeira obra publicada, *Thoughts on the Education of Daughters* (1787):

Eles seguem um impulso agradável e nunca refletem que a razão deve cultivar e governar esses instintos que estão implantados em nós para tornar agradável o caminho do dever — pois, se não forem governados, eles se tornarão descontrolados e fortalecerão as paixões que estão sempre buscando obter domínio — refiro-me à vaidade e ao amor-próprio. (WOLLSTONECRAFT, 2025. p.7)

A formação de um indivíduo é, portanto, apontada como algo que ultrapassa a esfera privada, reforçando que o cuidado com os filhos durante a infância irá determinar como estes irão se comportar na sociedade. A afeição parental só será desenvolvida através dessa perfectibilidade racional, tendo em vista esse movimento de busca pelo aperfeiçoamento que difere o ser humano de um animal ou de um ser bruto. Isto é, ela apresenta o caráter mútuo e dependente do aperfeiçoamento da espécie: através da perfectibilidade da razão individual, que pode-se vislumbrar uma razão coletiva.

2.4 Independência Intelectual e Material: o projeto de autonomia feminina em *Thoughts on the Education of Daughters* e em *The Female Reader*.

A literatura de conduta e instrução (*literature of advice and instruction*) para mulheres difundida na Inglaterra no século XVIII reforçou a perpetuação e difusão do comportamento submisso feminino. Esse tipo literário funcionava como um manual, com regras de etiqueta desenvolvidas para meninas que estão prestes a ingressar na sociedade, exigindo padrões de comportamento e obediência, com um forte cunho moral, destacando o papel dócil e discreto que deveria ser adotado pelas mulheres. Uma obra crítica incontornável sobre o tema foi publicada em 1984 pela historiadora americana Mary Poovey, chamado *The Proper Lady and the Woman Writer: Ideology as Style in the Works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley and Jane Austen*. Nesta obra, além de dedicar um capítulo extenso sobre aspectos biográficos e psicológicos sobre Mary Wollstonecraft, Poovey irá discorrer sobre o conceito de *proper lady*

(senhora adequada), mostrando como a literatura da época propagava estereótipos que eram tidos como naturalmente femininos. Entretanto, ao se aprofundar em Wollstonecraft, Poovey (1984, p.53-54) observa a importância do papel de escritora profissional na vida da filósofa para oferecer o que ela tanto buscava: a independência financeira e intelectual. Ao mesmo tempo, a busca por essa independência também possibilitou que ela exercesse o papel do cuidado, já que, mesmo se deslocando com uma certa constância, principalmente por conta do seu trabalho, Wollstonecraft cuidava de suas irmãs mais novas e mantinha os trabalhos domésticos. Entretanto, como explica Poovey (1984, p.55-56), essa nova ocupação logo entraria em conflito com as “ocupações” tradicionais da mulher na sociedade oitocentista. Com o avanço do seu novo ofício de escritora, Wollstonecraft começou a observar não apenas a dificuldade de se inserir no meio intelectual, devido às suas origens e ao seu sexo, mas também que o tão difundido conceito do *self-made man*⁹ (homem que se fez sozinho) não se aplicava ao sexo feminino e que os obstáculos, muitas vezes, pareciam intransponíveis.

Wollstonecraft produz dois textos que podem ser examinados como literatura de conduta: um produzido no início de sua carreira, o *Thoughts on the Education of Daughters: with Reflections on Female Conduct, In the more important Duties of Life*, publicado em 1787, e o texto *The Female Reader: or Miscellaneous pieces in Prose and Verse: Selected from the Best Writers, and Disposed under Proper Heads: for the Improvement of Young Women*, publicado em 1789. Devido à popularidade desse gênero textual, muitas escritoras adaptaram seus textos para se tornarem “manuais” ou, até mesmo, livros ficcionais, haja vista o potencial lucrativo que esses gêneros possuíam (JONES, 2002, p. 120). A fim de exemplificação, pode-se mencionar a mudança do texto *Mary, a Fiction* (1788), que foi pensado como um escrito político, mas foi modificado para o gênero ficção. Assim, vê-se uma certa contradição: com o intuito de se inserirem no mercado editorial e no ofício de escritoras, muitas mulheres escreviam esses manuais para meninas, porém, esses textos carregavam cicatrizes repressivas que tinham como objetivo a formação de “*proper ladies*” (damas adequadas), representando um dos maiores males da feminilidade burguesa do século XVIII (POOVEY, 1984, p.121). Todavia, foi através da escrita destes manuais que algumas mulheres conseguiram alcançar alguma independência financeira, como foi o caso de Mary

⁹ “O esforço individual tornou-se a marca das conquistas passadas e a garantia do sucesso futuro; essa foi a era do “*self-made man*” (homem que se fez sozinho), quando os privilégios aristocráticos puderam finalmente ser desafiados em grande escala por indivíduos dotados de talento, oportunidade e capacidade de trabalho árduo..” (POOVEY, 1984, p.27, tradução própria)

Wollstonecraft¹⁰. Entretanto, mesmo nestes primeiros escritos, principalmente no *Thoughts on Education*, o seu primeiro feito como escritora, Wollstonecraft consegue mostrar a sua criticidade e acrescenta alguns elementos que eram incomuns nos manuais da época. A fim de exemplificação, pode-se mencionar a palavra “*duties*” (deveres), indicando que em seu texto serão trabalhados alguns temas que indiquem a situação social da mulher. Assim, cria-se uma expectativa ao leitor, o qual espera que os deveres tratados naquele texto fossem relacionados ao casamento e à maternidade, como apresentado no manual produzido por John Gregory (1724-1773), *A Father 's Legacy to His Daughters* (1774). Neste texto, Gregory, ao produzir um manual de comportamento feminino, traz uma variedade de tópicos, incluindo os papéis da mulheres na sociedade, ligados ao cuidado e à esfera privada, a relação das mulheres com a religião, bem como a importância do cultivo de sentimentos considerados, em sua perspectiva, inerentemente femininos, como a modéstia, a obediência e a abnegação. Ademais, a ênfase no cuidado estético também é um tema recorrente nesses manuais oitocentistas. Porém, Wollstonecraft, ao invés de focar nos deveres ligados ao casamento ou à questão estética, ela irá evidenciar o dever de aperfeiçoamento (*improvement*) e de uma conduta pautada na regulação (*regulation*), sem esquecer da base racional transmitida pela educação e pela leitura. A ênfase na leitura é extremamente importante no *Thoughts on Education*, pois revela uma preocupação no cultivo de atividades que avancem no progresso da razão.

É uma observação antiga, mas muito verdadeira, que a mente humana deve estar sempre ocupada. **Um gosto pela leitura, ou por qualquer das belas artes, deve ser (*must be*) cultivado muito cedo na vida;** e aqueles que refletem sabem da importância de a mente ter algum recurso em si mesma, e **não depender inteiramente dos sentidos para o emprego e divertimento.** Se infelizmente for assim, deve se submeter à mesquinha, e frequentemente ao vício, para satisfazê-los. Os mais sábios e os melhores estão muito sob sua influência; e o esforço para conquistá-los, quando a razão e a virtude não lhes dão aprovação, constitui grande parte da luta da vida. Que apoio, então, têm aqueles que são só sentidos, e que estão cheios de planos que terminam em objetos temporais? **A leitura é o emprego mais racional, se as pessoas buscarem alimento para o entendimento, e não lerem apenas para lembrar palavras;** ou com o objetivo de citar autores célebres, e repetir sentimentos que não entendem ou sentem. (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.21, tradução e grifos próprios)

Dentre as 20 sessões divididas pela autora nesse escrito, ela separa dois espaços para as belas artes (*fine arts*) e para a leitura. Para Wollstonecraft, a leitura e o contato com a arte,

¹⁰ Neste período, Wollstonecraft estava passando por um momento financeiramente difícil, devido à falência da sua escola em Newington Green, fato este que a levou a trabalhar como governanta, novamente, para uma família irlandesa.

através da música e da literatura, devem ser feitos pelas jovens desde cedo. Apenas através do preenchimento do tempo com essas atividades, que as meninas seriam impedidas de se perderem em hábitos frívolos e de enfraquecerem as suas mentes através das paixões e dos sentidos (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.19-20). A leitura, portanto, não é tratada como um meio para reproduzir citações ou nomes de autores, com a finalidade de “performar” uma falsa intelectualidade, mas possui a função de melhorar o entendimento, de fornecer subsídios para que essas jovens compreendam o mundo de uma forma melhor e mais profunda. Por meio do cultivo dos bons hábitos, as meninas formariam um caráter baseado na racionalidade e em uma admiração pelo belo artístico, bem como por uma constante busca de aprimoramento:

[...] **a razão deve cultivar e governar aqueles instintos que estão implantados em nós para tornar o caminho do dever prazeroso** — pois, se não forem governados, eles se descontrolam; e fortalecem as paixões que estão sempre tentando obter domínio — quero dizer vaidade e amor próprio. (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.7, tradução e grifos próprios)

Uma observação importante é que a autora utiliza-se do verbo modal *must* (deve) ou utiliza o termo *duty* (dever) para todas as atividades que ela considera indispensável, como a leitura. Porém, ao mencionar atividades ou questões ordinárias, ela se utiliza dos termos *should* (deveria, em tom de conselho) ou *may be* (pode ser). Um exemplo disso é sua explicação a respeito do dever dos pais de preservar a criança de receber impressões erradas, isto é, evitar ao máximo que as crianças possam internalizar preconceitos (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.12). Ao dissertar sobre este tema, Wollstonecraft usa os termos “*it is the duty of a parent*” (é um dever dos pais), salientando o caráter de obrigatoriedade. Outro exemplo disso é o uso do “*may be*” ao se referir a leitura da bíblia:

Livros de teologia **não são indicados para jovens**; a religião é melhor ensinada pelo exemplo. **A Bíblia deve ser lida (*should be read*) com respeito particular, e eles não devem aprender (*should not be taught*) a ler por meio de um livro tão sagrado; para que não considerem isso uma tarefa, que deveria ser fonte da mais exaltada satisfação. (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.22, tradução e grifos próprios)**

Enquanto isso, ao dissertar sobre os afetos, a autora salienta que:

O afeto deve ser (*must be*) demonstrado, e pequenas provas dele devem sempre ser dadas — que não pareçam fraquezas, e elas penetrarão profundamente na mente jovem, despertando suas tendências mais amáveis. (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.8, tradução e grifos próprios)

Assim, ao longo do seu texto, é perceptível uma espécie de classificação do que a filósofa considera imprescindível na educação das meninas. Ademais, ela evidencia a importância de uma formação à longo prazo, gradual, e que respeite as fases de cada etapa do indivíduo. Há um claro respeito à infância e à criança em seus textos, retomando uma visão rousseauiana da infância¹¹. Assim, destoando dos manuais de sua época, a filósofa expõe a necessidade de ensinar as crianças e, neste caso, especialmente as meninas, o exercício do pensar. Ela não impõe que as crianças formulem reflexões complexas, mas que aprendam, desde cedo, a serem autônomas e questionadoras (WOLLSTONECRAFT, 2025, p. 12).

Em contrapartida, tem-se John Gregory (1724-1773), médico e intelectual setecentista, que publicou um dos manuais mais vendidos da América e da Europa naquela época, *A Father's Legacy to his daughters*, publicado em 1761. Gregory, assim como outros escritores de sua época, seguiu o fenômeno da “feminização” dos costumes (Cf. SANTOS, 2022). Por conta do falecimento precoce de sua esposa e por sua saúde frágil, Gregory decidiu escrever este texto com uma forma de instruir as suas próprias filhas e indicar-lhes “o uso apropriado da filosofia, mostrando sua aplicação aos deveres da vida comum” (GREGORY, 1808). Entretanto, Wollstonecraft irá criticá-lo em seu texto político de 1792, *Vindication of the Rights of Woman*, acusando-o de perpetuar os estereótipos femininos pautados na submissão e fragilidade:

Acusem-me de arrogância; ainda assim, declaro acreditar firmemente que todos os escritores que têm tratado do tema da educação e das maneiras femininas, desde Rousseau até o dr. Gregory, têm contribuído para tornar as mulheres mais artificiais e de caráter mais fraco do que elas realmente são; e, conseqüentemente, membros mais inúteis da sociedade. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.42)

Tal crítica se justifica pela “passividade natural feminina” mencionada reiteradamente no texto do autor, que busca fundamentar uma necessidade das mulheres serem discretas, delicadas e que não desenvolvam e nem demonstrem serem inteligentes ou espirituosas (GREGORY, 1808), principalmente na frente de homens. Wollstonecraft irá criticar essa posição de forma veemente, ao colocar a faculdade racional como a principal característica a ser levada em conta na formação das meninas, destoando da educação tradicional da época. Além disso, as meninas são encorajadas, desde cedo, em seu *Thoughts on Education*, a

¹¹ Tópico explorado no ponto 3.2 da presente dissertação

desenvolverem uma habilidade extremamente importante: a autonomia. Esta seria gradualmente inserida nos hábitos das meninas ao participarem de rodas de conversas, inclusive com adultos (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.10), a escreverem bem para se expressarem de forma mais estruturada e racional (WOLLSTONECRAFT, 2025, p.20), bem como ao entrarem em contato e desenvolverem um gosto pela arte, leitura e música.

Mas aquilo que realmente não tem importância, quando considerado sob essa ótica, torna-se de extrema relevância quando uma menina tem gosto pela arte e desejo de excelência. **Tudo o que tende a tornar a pessoa, em certa medida, independente dos sentidos, é um apoio à virtude.** Primeiramente, ocupações divertidas devem ocupar a mente; e assim como a atenção aos deveres morais leva à piedade, quem reflete sobre um assunto se voltará para outros, e novas ideias correrão para a mente. (WOLLSTONECRAFT, 2025, p. 14, tradução e grifos próprios)

Em seu escrito de 1789, *The Female Reader*, que consistiu em uma coleção de pequenos textos e extratos editados por Wollstonecraft, mas publicado sob um pseudônimo masculino “Mr. Cresswick”, a filósofa inclui alguns excertos da obra de Gregory de 1761, por exemplo o texto intitulado *A definition of taste* (WOLLSTONECRAFT, 1789, p.99-100) e o *True Elegance* (WOLLSTONECRAFT, 1789, p.100-101), ambos escritos pelo médico britânico.

É quase desnecessário fazer uma desculpa por introduzir o livro que contém peças devocionais. **Um escritor respeitado** já afirmou que, em meio aos cenários de sofrimento não socorrido, onde os sentimentos são frequentemente envolvidos, a religião é sua única fonte de alívio e apoio. Pode-se ser oprimido pela tristeza ou assediado por preocupações mundanas, mas se não acalmar a mente e direcionar a atenção para Deus, a piedade será apenas um eco distante de conforto, até que o princípio seja verdadeiramente assimilado; e isso não será adquirido nos momentos difíceis, exceto quando já foi cultivado no coração. (WOLLSTONECRAFT, 1789, p. 5, tradução e grifos próprios)

Com isso, como também observa Jones (2002), há uma mudança radical da opinião da autora, ao passo em que ela estabelece uma dura crítica não apenas aos escritos do Dr. Gregory, mas a todos os outros autores que perpetuam esses mecanismos de repressão ao falar sobre a mulher. No entanto, é através deste escrito de 1789, que é possível traçar um panorama geral do que a filósofa leu sobre o tema e o que estava disponível a ela, principalmente durante o seu trabalho como revisora na revista *Analytical Review* (JONES, 2002, p.130). A partir da Revolução Francesa e de uma mudança da atmosfera dos anos

iniciais de 1790, Wollstonecraft passa a ter um olhar mais crítico ao que tinha sido publicado na época e, novamente, retoma o fato das mulheres não serem educadas para a esfera pública (WOLLSTONECRAFT, 1789, p.3) . Para que uma mulher possa expor os seus talentos ao público, esta deve, primeiramente, saber ler e exercitar a razão com propriedade, sem ser levada puramente pela experiência ou sentidos dos outros. Esta, para ela, seria uma das conquistas mais desejáveis.

Richardson (2002) afirma que não há mais lugar no pensamento de Wollstonecraft, principalmente a partir da Revolução Francesa, a concessões ou flexibilidade em relação a alguns pontos que se tornam cruciais para pensar a desigualdade de gênero, sendo o principal deles a questão das *virtudes sexuais*. A segregação das virtudes, isto é, a classificação de virtudes de acordo com o gênero passou a ser algo condenável na filosofia de Wollstonecraft. Em *The Female Reader*, ainda é possível verificar um pensamento mais conservador ao passo em que a autora elenca algumas características que seriam particulares das mulheres. A fim de exemplificação, pode-se mencionar o seu comentário sobre a “timidez e reserva” (*diffidence and reserve*), que funcionariam como ornamentos graciosos ao gênero feminino (WOLLSTONECRAFT, 1789, p.56-59). Porém, este pensamento foi completamente abominado por Wollstonecraft no seu escrito de 1792, onde ela lança o desafio de negar a existência de virtudes sexuais, como no capítulo 7 da *Reivindicação* intitulado “*A Modéstia considerada em toda a sua amplitude, e não como virtude sexual*” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.160). Ela afirma, portanto, que as virtudes não são relativas, isto é, não dependem do sexo do indivíduo, estabelecendo que todas são iguais para homens e mulheres e estes devem possuir os mesmos princípios e os mesmos objetivos (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.46). Isto retoma um ponto que merece ser destacado: a questão das maneiras ou modos confundidos como virtudes. Sapiro (2019) menciona que o comportamento não tem nada a ver com as virtudes, porém, no caso feminino, isso é constantemente confundido e, assim, cria-se uma certa tendência a pensar as virtudes como sexuais. Como Sapiro (2019, p. 326-237) explica, os modos consistem em *performances*, que são adotadas com um propósito social, ou seja, não são atos conscientes e com uma finalidade moral ou virtuosa.

Embora a filósofa inglesa apresente uma defesa da indistinção entre os sexos no que tange à conduta virtuosa, percebe-se uma ambiguidade no texto dela, na medida em que algumas partes do texto ela faz alusão às obrigações que as mulheres deveriam cumprir. No entanto, como explica Bonfim (2021, p.40), pode-se pensar em duas estratégias argumentativas: a primeira seria uma postura puramente retórica, ao esclarecer que as mulheres “ilustradas” não deixariam de ser mulheres, isto é, não abandonariam os papéis da

esfera privada, como ser mãe ou esposa; a outra seria a tentativa de Wollstonecraft conciliar uma visão conservadora sobre a feminilidade, juntamente com a questão dos direitos civis (BONFIM, 2021, p.40). Tais perspectivas estabelecem uma conexão com o público leitor que Wollstonecraft nunca deixou de ter em seu horizonte, haja vista a predominância do público masculino e conservador que debatia sobre as questões das mulheres. Como já mencionado neste mesmo capítulo, os deveres da maternidade e da criação dos filhos deveriam ser de ambos progenitores, porém, por conta da natureza da mulher, o dever da amamentação é classificado como algo primordial e particular da mulher (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.194).

Admito que as mulheres tenham diferentes obrigações a cumprir, mas são obrigações humanas, e mantenho com firmeza que os princípios a regular seu desempenho devem ser os mesmos. Para tornar-se respeitável, é necessário o exercício do entendimento, pois não há nenhum outro fundamento para obter um caráter independente; quero dizer explicitamente que elas devem curvar-se apenas à autoridade da razão, em vez de serem as modestas escravas da opinião. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.73, grifos próprios)

Ao mesmo tempo, no início da sua *Reivindicação*, ela salienta que este texto trataria dos direitos das mulheres e, posteriormente, em um segundo volume, que nunca veio a ser escrito, seria ressaltado os deveres peculiares às mulheres (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.23) e completaria o esboço traçado no texto de 1792. Infelizmente este segundo volume nunca veio a ser publicado ou mesmo escrito, porém é possível verificar algumas passagens que pelo menos fornecem indícios do que seriam esses deveres específicos. Wollstonecraft (2016, p.194) elenca dois deveres fundamentais que são reservados apenas àquelas mulheres que são mães: educar os seus filhos e amamentá-los. Ademais, a questão do afeto entre mãe e filho também seria uma obrigação natural das mulheres, “a mulher, enquanto mãe que cuida e fomenta a autonomia de seus filhos; os filhos, que aprendem com a mãe sobre a responsabilidade e o afeto familiar” (BONFIM, 2021, p. 38).

A modéstia, para Wollstonecraft é considerada uma virtude “calma e elegante da maturidade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.161). Todavia, de acordo com a filósofa, as virtudes esperadas pelas mulheres na sociedade oitocentista eram as “negativas”, “paciência, docilidade, bom-humor e flexibilidade”. Estas não seriam virtudes verdadeiras, tendo em vista o seu caráter voltado puramente às paixões e às normas de decoro, e vão de contra ao exercício do intelecto (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.84). A fraqueza mental também

acarreta em um comportamento de “depravação de hábitos” e, apenas a partir do cultivo da modéstia, que homens e mulheres conseguiram refrear suas “afetações”, ou seja, suas atitudes baseadas unicamente nas paixões e em ímpetos irracionais (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.163). Porém, faz-se necessário questionar: o que consiste, na prática, a virtude da modéstia em Wollstonecraft? De acordo com a filósofa, tem-se duas formas de apresentar esse conceito:

[1] A pureza da mente, ou aquela sutileza genuína que é o único sustentáculo virtuoso da castidade, **é muito semelhante àquele refinamento da humanidade que reside apenas em mentes cultivadas**. É algo mais nobre do que a inocência, é a **sutileza da reflexão**, e não a aparente timidez da ignorância; [2] Neste último significado do termo, a **modéstia é aquela sobriedade da mente que ensina um homem a não se valorizar mais do que deveria** e diferencia-se da humildade, porque esta é uma espécie de autodegradação. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.155-156)

Em suma, a virtude da modéstia traz em si o que pode ser interpretado como um desenvolvimento completo do ser humano. Ademais, tal virtude seria mais atribuída às mulheres por estas serem, para Wollstonecraft, “mais castas do que os homens” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.153), embora, como argumenta a autora, esta privação do corpo aos desejos sexuais deva ser experienciado por ambos os sexos. Assim, a modéstia seria o *efeito da castidade*, trazendo em seu cerne uma relação entre corpo e mente, na medida em que ambos interagem para o desenvolvimento mútuo, por meio do “controle do corpo pela expansão da mente” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.162). De acordo com Wollstonecraft, as regras de comportamento não constituem modéstia, embora aquelas que estudam as normas de decoro sejam, em geral, chamadas de mulheres modestas. Ao contrário, esta virtude é decorrente do *refinamento* de mentes cultivadas, que fazem o “coração bater mais em compasso com a humanidade em vez de pulsar por amor” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 161), isso é, priorizam o coletivo ao invés do individual.

Este pensamento traz uma revolução nos costumes femininos, já que busca estabelecer uma mudança drástica na instituição do casamento e na atitude de ambos os sexos. A partir do aperfeiçoamento das virtudes, seriam produzidas mulheres modestas, castas e virtuosas, que agiriam com razão, prudência e generosidade e, ao mesmo tempo, homens que, em vez de se tornarem “tiranos domésticos domésticos mesquinhos”, tratariam as mulheres com respeito e agiriam com benevolência, justiça e bom senso com todos (MELLOR, 2002, p.142; WOLLSTONECRAFT, 2016, p.165). Apenas com os aperfeiçoamentos das virtudes, que o caminho para a independência tanto de pensamento, quanto econômica, são possíveis.

CAPÍTULO 3

A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO FEMINISTA EM WOLLSTONECRAFT

3.1 “*Mens sana in corpore sano*” : O conhecimento e a força corporal na proposta de educação para as meninas

Um tema de absoluta importância ao discutir a Filosofia da Educação proposta por Wollstonecraft é a questão da força corporal. Para a filósofa, os indivíduos considerados “pessoas de gênios” têm prejudicado suas constituições corporais, seja por priorizar o lado intelectual ou por simples negligência com a saúde (WOLLSTONECRAFT, 2016a, p. 61). No entanto, a autora defende a ideia de que uma constituição mental saudável deve vir acompanhada de uma força física superior, “que não deve ser confundida com os nervos ou o vigor dos músculos” (WOLLSTONECRAFT, 2016a, p. 61). Além disso, ao discorrer sobre o projeto de enfraquecimento e censura que as mulheres de sua época vinham sofrendo, a filósofa questiona: “quando a fragilidade do corpo não lhe permite amamentar seus filhos e a fraqueza mental a faz estragar sua índole, está a mulher em um estado natural?” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.226). Para ela, a força física trata-se da única “superioridade” natural que o homem teria em relação à mulher e, portanto, visando sair desse “estado de fraqueza” ou de “estado de perpétua infância”, Wollstonecraft deseja que as mulheres adquiram força tanto da mente quanto do corpo, e de que não busquem classificar a fraqueza e a delicadeza como características naturais do sexo (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.27). Assim, a autora critica o fato de não só a educação tradicional, mas a sociedade e a família assimilarem noções equivocadas da constituição física da mulher. O que deveria ser um defeito, neste caso, a fraqueza, passa a ser a norma. A fim de exemplificação, a filósofa menciona uma obra infantil da literatura inglesa: a personagem Selene idealizada por Thomas Day, em *History of Sandford and Merton* (1788). Nesta obra literária, encontra-se uma série de histórias com dois personagens principais, os meninos Harry Sandford e Tommy Merton, onde é explorado temas relacionados à educação das crianças, a importância das virtudes e do aprendizado ao longo da infância. Todavia, a personagem Selene, mencionada por Wollstonecraft, foi tão educada para possuir um vigor mental quanto corporal (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.75), sendo capaz de realizar, inclusive, atividades rurais e auxiliar o seu pai em trabalhos manuais. Ao citar a personagem, Wollstonecraft enfatiza a

importância da família neste processo, tendo em vista que foi o pai responsável por encorajar a sua filha, Selene, a fortalecer o corpo por meio dos exercícios, e a alma, através dos princípios da razão e da filosofia.

A filósofa propõe uma reflexão sobre o tema ao se perguntar que, mesmo se fosse provado que a mulher seja naturalmente mais fraca do que o homem, de onde vem a ideia de que seria positivo o esforço para se tornar ainda mais fraca do que a natureza pretendeu fazê-la? (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.63). Para ela, assim como o *Ancien Régime* normalizava e impunha o suposto “direito divino dos reis”, havia um “direito divino dos maridos”, o qual também deveria ser questionado pelo movimento iluminista.

[...] Atribuir um sexo à mente não é muito consistente com os princípios de um homem que sustenta com tanto ardor, e tão bem, a imortalidade da alma. Mas que barreira fraca é a verdade, quando reduzida a uma hipótese! Rousseau respeitava – quase adorava – a virtude e, ainda assim, permitiu-se amar com inclinação sensual. Sua imaginação constantemente fornecia combustível para seus sentidos inflamáveis; mas, a fim de reconciliar seu respeito pela abnegação, pela força moral e por aquelas virtudes heroicas que uma mente como a sua não podia admirar friamente, ele se esforçou para inverter a lei da natureza e desenvolveu uma doutrina plena de males e depreciativa do caráter da sabedoria suprema. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.63)

Wollstonecraft estabelece uma crítica ao projeto educacional rousseauiano, afirmando que, caso a mãe de uma menina deseje que esta possua uma “dignidade de caráter”, deve-se seguir um plano oposto ao que foi proposto por Rousseau. Contudo, sua crítica se estende ao projeto designado à personagem Sofia no Livro V do tratado de educação rousseauiano, haja vista sua clara concordância em muitos aspectos da pedagogia proposta pelo filósofo genebrino, como será apresentada posteriormente no presente texto. Entretanto, faz-se necessário salientar os paralelos entre o Livro II do *Emílio, ou da Educação*, que trata sobre a necessidade da força física infantil, com a perspectiva da corporeidade na obra de Wollstonecraft. Ao tecer sua defesa à infância, Rousseau irá afirmar que é “preciso considerar o homem no homem e a criança na criança” (ROUSSEAU, 2022, p.67), isto é, é preciso tratar a criança em suas particularidades, sem ultrapassar etapas, e deixá-las fortalecidas nesta etapa inicial do desenvolvimento. Rousseau (2014, p.20-21) divide o seu tratado em duas partes, a primeira, que comporta os três primeiros livros, ele foca na educação natural (*particulière* ou *domestique*). É nesta etapa que ele visa a formação do homem físico, compreendendo essa formação inicial na primeira, segunda e terceira infâncias, como primordial para o progresso natural do ser humano. Nos dois últimos livros, o quarto e o quinto, Rousseau foca na

educação social (*éducation du monde*) aborda a formação do “homem civil”, salientando os aspectos moral, jurídico e político, ou seja, a vida do educando na sociedade. Em suma, o homem com uma formação plena deve possuir “*la raison d’un sage et la vigueur d’un athlète*” (ROUSSEAU, 2014, p.226), ou seja, a razão de um sábio, construída ao longo do processo educativo e de refinamento dos sentidos, bem como o vigor do atleta, na medida em que o fortalecimento do corpo se dá na primeira parte da vida do Emílio. Ao iniciar o seu Livro V, com o objetivo de apresentar a companheira do seu personagem principal, Rousseau, ao comparar o homem e a mulher, afirma que “um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco: é preciso que necessariamente um queira e possa, batendo que o outro resista pouco” (ROUSSEAU, 2022, p. 452), além disso, o filósofo afirma que as mulheres “longe de enrubescerem por sua fraqueza, vangloriam-se dela”, bem como “seus músculos frágeis são sem resistência; elas fingem não poder erguer os mais leves fardos; teriam vergonha de ser fortes” (ROUSSEAU, 2022, p.454-455). Isto é, na perspectiva de Rousseau, as mulheres seriam por natureza fracas em sua constituição física e mental, devendo possuir uma “vida pacata e sedentária” (ROUSSEAU, 2022, p.456) e não considera essas características como preconceituosas, mas como obras da razão.

Para a filósofa inglesa, os comentários de Rousseau, que há muito têm encontrado em vários outros escritores também, são tão “*pueris que não merecem uma refutação séria*” (WOLLSTONECRAFT, 2016,p.64). No entanto, ela parece seguir o mesmo caminho da pedagogia rousseauiana no que tange ao tratamento da fase de desenvolvimento inicial infantil, ao passo em que as crianças, para ela, necessitam continuamente de exercícios físicos, sem que sejam exigidos contínua atividade mental”, e não devem ser dependentes de uma ama ou de alguém que os proteja a todo custo (WOLLSTONECRAFT, 2016,p.64-65). Rousseau, nessa mesma linha, salienta, inclusive, a importância do sofrimento na constituição do caráter do Emílio, já que, é na “idade da infância, quando os sofrimentos são menos sensíveis, que é preciso multiplicá-los para evitá-los na idade da razão” (ROUSSEAU, 2022, p.67). A filósofa também critica, portanto, esta proteção excessiva e o cerceamento dos movimentos e da naturalidade pueril, desde as vestimentas até o enfraquecimento muscular devido ao enclausuramento e sedentarismo da vida privada. Tudo isto é visto como natural na educação das meninas.

É, de fato, bastante natural que uma menina, condenada a permanecer sentada durante horas, ouvindo a tagarelice ociosa de amas débeis ou assistindo à toalete de sua mãe, tratará de se juntar à conversação; e, sem dúvida, o fato de que ela imitará a mãe ou as tias e se entreterá enfeitando a

boneca sem vida como fazem com ela, pobre garota inocente! – é uma consequência natural. Porque os mais habilidosos homens raras vezes tiveram força suficiente para se desprender do ambiente à sua volta; e, se as páginas de gênios sempre foram borradas por preconceitos da época, alguma concessão deve ser feita a um sexo que, como os reis, sempre vê as coisas através de um meio falso. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.65)

Embora Rousseau argumenta que, na primeira infância, “as crianças dos dois sexos nada têm de aparente que as distinga; mesmo rosto, mesma figura, mesma tez, mesma voz, tudo é igual” (ROUSSEAU, 2022, p. 251), ou seja, seriam semelhantes em suas características físicas, logo ele afirma que, com o passar do tempo, os meninos se desenvolvem e passam a adotar outras características, isto é, não são feitos para permanecerem sempre na infância, as mulheres, por sua vez, permaneceriam em um estado de eterna infância (ROUSSEAU, 2022, p.251-252). Por conta disso, Wollstonecraft prolonga sua argumentação ao recordar da sua própria vivência e das suas observações de crianças que ela teve contato, direcionando uma crítica ao filósofo genebrino ao afirmar que, provavelmente ela teve mais oportunidades do que ele de ver meninas na infância (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.65). Sobre as primeiras manifestações do caráter feminino, a filósofa afirma que uma criança do sexo feminino, cujo espírito não tenha sido reprimido ou confinada, não teria nenhuma diferença nas escolhas das brincadeiras ou no desenvolvimento corporal. Assim, “meninas e meninos, em resumo, brincariam juntos sem qualquer problema se a distinção do sexo não tivesse sido inculcada antes que a natureza assim o fizesse” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.65). A negligência com a força corporal da mulher está, portanto, diretamente ligada à sua fragilidade intelectual. Desde o nascimento, cita Wollstonecraft (2016, p.181), as meninas raramente exercitam a capacidade de movimento do corpo ou da mente, “observando tudo através de um meio que é falso, elas são incapazes de discernir em que o verdadeiro mérito e a felicidade consistem”. Para Wollstonecraft, isto faz parte do conjunto estratégico da sociedade patriarcal, tão discutido dentro dos estudos feministas atuais, na medida em que perpetuar a ideia da fraqueza e da subserviência feminina, tanto a nível corporal, quanto mental, gera a domesticação das mulheres e uma sensação de eterna dependência masculina (Cf. WOLLSTONECRAFT, 2016, p.89). Debilitando os seus corpos e mentes, puramente por conta do desejo míope de domínio dos homens (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.68), acarretam na retirada desses corpos da atuação pública. Ao passo em que as meninas possuem uma repressão corporal e das suas faculdades, Wollstonecraft afirma que as consequências são extremamente prejudiciais não apenas às mulheres, mas também para a sociedade em geral,

haja vista que as impedem de trabalharem para o aperfeiçoamento geral, que, para ela, deve ser o foco de toda sociedade que se pretende “esclarecida”. Ademais, seguindo essa mesma lógica de perpetuação da subalternidade de corpos marginalizados na sociedade,

Rousseau, ao estabelecer que “quanto mais fraco é o corpo, mais ele comanda; quanto mais forte ele é, mais obedece” e que, “um corpo débil enfraquece a alma” (ROUSSEAU, 2022, p.32) , salienta o mecanismo de controle por trás da educação oferecida às mulheres da época.

Todas as faculdades comuns aos dois sexos não lhes são igualmente repartidas, mas consideradas em conjunto, elas se compensam. A mulher vale mais como mulher e menos como homem; em tudo em que faz valer seus direitos, ela leva vantagem; em tudo que quer usurpar os nossos, fica abaixo de nós. Não se pode responder a essa verdade geral senão com exceções; maneira constante de argumentar dos partidários galantes do belo sexo. (ROUSSEAU, 2022, p.460)

Todavia, ele fornece essas afirmações com o intuito de fornecer argumentos à educação do Emílio, Wollstonecraft, no entanto, utiliza dessas mesmas argumentações no sentido oposto, isto é, de ressaltar que a autonomia e a independência das mulheres estão diretamente ligadas ao corpo e, portanto, deve-se repensar em como as meninas da sua época estão sendo educadas. Com isso, o fortalecimento deve ser trabalhado em conjunto, como a famosa afirmação romana do “*mens sana in corpore sano*”, tendo em vista que o corpo serve à razão e, para ela, é só através da razão que as mulheres devem se guiar. Como a autora afirma, parafraseando Rousseau, “eduquem as mulheres como os homens, disse Rousseau, “e quanto mais se parecerem com nosso sexo menos poder terão sobre nós” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.87). A filósofa concorda com a afirmativa rousseauiana e reforça que não deseja que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas, unicamente, sobre si mesmas.

3.2 Aproximações e Rupturas: A Influência de Rousseau na obra de Wollstonecraft

O papel social da educação no período Iluminista possuía uma importância fundamental para dividir os papéis de gênero na sociedade. Enquanto os homens eram educados, desde a primeira infância, a ocuparem espaços na esfera pública, a desenvolverem suas faculdades mentais e porte físico, as mulheres eram reservadas à esfera privada e às atividades domésticas. Rousseau abre o Livro I do seu grande tratado de Educação afirmando

que “tudo degenera nas mãos do homem” e, além disso, o homem “ não quer nada tal como a natureza o fez” (ROUSSEAU, 2022, p.7). Com isso, ele propõe em seu tratado pedagógico o que seria, sob sua perspectiva, uma educação mais próxima da “natureza”. Wollstonecraft, em sua *Reivindicação*, irá questionar a “suposta natureza da mulher” estabelecida pelo filósofo genebrino. Para Rousseau (2014, p.527), os homens e as mulheres não eram constituídos da mesma forma e, portanto, não partilhavam o mesmo caráter, temperamento e, acima de tudo, a mesma razão. Esta perspectiva da educação das mulheres também foi inserida no *Rapport sur l’instruction publique fait au nom du Comité de Constitution*, redigido pelo político Talleyrand-Périgord em 1791. Uma das medidas desta reforma educacional foi a adoção da educação privada para as meninas, porém, se a família optasse por uma escola, estas poderiam ser matriculadas em escolas para meninas (*maison d’éducation pour les filles*). Discordando do pensamento hegemônico da época, Wollstonecraft escreveu uma carta ao político francês e apresentou as suas críticas ao sistema educativo que Rousseau defendia ser o “ideal”. Reuter (2019, p. 926) explica que a filósofa inglesa foi, em muitos aspectos, mais devota do que Rousseau aos ideais iluministas, apresentando, inclusive, uma perspectiva mais otimista a respeito da civilização do que a apresentada pelo filósofo genebrino.

É a púrpura pestífera que converte o progresso da civilização em infortúnio e deforma a compreensão, até que os homens de sensibilidade se perguntem se a expansão do intelecto produz uma porção maior de felicidade ou de miséria. Mas a natureza do veneno indica seu antídoto; e, caso Rousseau tivesse dado um passo a mais na investigação, ou se seu olhar tivesse penetrado a atmosfera nebulosa que ele quase desdenhou respirar, sua mente ativa teria se lançado a contemplar a perfeição do homem no estabelecimento da verdadeira civilização, em vez de pegar seu feroz voo de volta para a noite da ignorância sensual. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 37)

Rousseau abre o Livro V de sua obra de 1762, *Emílio*, afirmando que o seu personagem principal não deveria ficar sozinho e, portanto, criaria uma figura feminina para que fosse sua companheira, a personagem Sofia. Nesta etapa da sua obra, Rousseau irá diferenciar os sexos e classificá-los da seguinte maneira: *o mais fraco e passivo*, que seria a mulher; e *o mais forte e ativo*, o homem. Contudo, haveria uma relação de interdependência entre os sexos, já que o homem precisaria da “fêmea”, como Rousseau chama as mulheres em vários trechos, para a procriação. Entretanto, a maior dependência, para o filósofo genebrino, viria da parte feminina, tendo em vista as suas “paixões moderadas” (ROUSSEAU, 2022, p.454) que não viriam acompanhadas de uma razão para governá-las. Assim, seguindo por

essa lógica rousseauiana, o homem perfeito não se assemelha, nem em espírito e nem na sua *constituição* física, à mulher perfeita (ROUSSEAU, 2022, p.452). Ademais, toda a argumentação de Rousseau no Livro V baseia-se na ideia de que tudo o que a mulher faz é com o objetivo de agradar ao homem, ou seja, a mulher foi “feita para agradar e ser subjugada” (ROUSSEAU, 2022, p.452).

Assim, toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces: **eis os deveres da mulher em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância.** (ROUSSEAU, 2014, p.527, grifos próprios)

A partir de suas críticas à perspectiva educacional da época, Rousseau cria uma forma utópica de formar um indivíduo, desde o seu nascimento até a idade de 25 anos. Para ele, o conceito de educação ideal seria utópico e, portanto, impossível de ser aplicado na época em que vivia. Entretanto, ele ressalta a importância de repensar uma proposta distinta, atenta aos detalhes e vicissitudes de todas as fases humanas. A principal influência negativa na tese rousseauiana é a própria *sociedade civil*, a qual afeta diretamente o desenvolvimento das emoções e do intelecto do indivíduo, com os seus vícios e males, que vão de contra a natureza humana, tal qual pensada pelo filósofo. Através deste projeto ambicioso e complexo, Rousseau enfatiza a primazia do método espontâneo, sugerindo uma nova condição humana, livre dos vícios e erros inerentes à sociedade. Todavia, Wollstonecraft não situa o problema na sociedade civil, e sim na segregação existente em uma sociedade que não democratiza o acesso à educação, ao trabalho e à esfera pública. A filósofa é contra a formação de poucos homens “notáveis”, isto é, ela se posiciona de forma contrária à permanência dos privilégios das classes abastadas, que impedem que os indivíduos possuam as mesmas oportunidades.

Uma classe oprime a outra, pois todos almejam obter respeito em razão de sua propriedade; e a propriedade, uma vez obtida, garantirá o respeito que seria devido somente a talentos e virtudes. Os homens negligenciam os deveres que são sua incumbência e, ainda assim, são tratados como semideuses. A religião é também separada da moralidade por um véu cerimonial; contudo, os homens se admiram que o mundo seja quase, literalmente, um antro de vigaristas ou opressores. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.180)

Ao escrever sobre a classe burguesa, Wollstonecraft menciona que os homens, desde a juventude, são preparados para exercerem profissões e, de forma oposta, as mulheres de sua época não possuem nenhum outro projeto de vida que não seja o casamento (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.84). Ao escolher uma profissão, argumenta Wollstonecraft (2016, p.84-85), o homem vislumbra vantagens futuras, projeta-se como um ser atuante na sociedade, a mulher, de forma contrária, seria “prostituída legalmente”, sacrificando o seu próprio tempo e energia, tornando-a incômoda, inclusive para si mesma (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 85). Com isso, a filósofa irá discordar de forma veemente com a tese rousseauiana de que, por conta de uma “suposta” distinção de caráter, constituição e temperamento, as mulheres deveriam possuir uma educação distinta do homem e, não apenas isso, tinham que ser formadas de uma forma que convém à elas (ROUSSEAU, 2022, p.459).

Para Wollstonecraft, a sociedade civil em si não seria a culpada dos males sociais, o problema situa-se na marginalização de grupos específicos. Tal afastamento é gerado pelos próprios homens, detentores do poder e que mantêm um sistema de opressões. Com isso, pode-se argumentar que Wollstonecraft apresenta mais uma postura reformista do que revolucionária (BONFIM, 2021, p. 79), na medida em que apresenta a necessidade de inclusão das mulheres, isto é, põe a questão da desigualdade em pauta e reivindica os direitos civis. A partir da análise da carta ao político Talleyrand-Périgord, por exemplo, é possível identificar a proposta da filósofa e sua atitude pragmática, que não possui como objetivo principal ser uma embate teórico com o filósofo genebrino, mas pretende expandir os projetos educacionais e fazer com que estes sejam inclusivos e democráticos.

É, então, um afeto por todo o gênero humano que faz minha pena escrever rapidamente para apoiar o que acredito ser a causa da virtude; e a mesma razão me leva a desejar de modo sincero ver a mulher em uma posição a partir da qual avance, em vez de ser refreada, para o progresso desses gloriosos princípios que dão substância à moralidade. De fato, minha opinião sobre os direitos e deveres da mulher brota com tanta naturalidade de tais princípios fundamentais que me parece quase impossível que algumas das mentes abertas, responsáveis por dar forma a sua admirável constituição, não concordem comigo. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.19)

Considerado por Darnton (2024) como o maior best-seller do século XVIII, o romance epistolar, *Julie, ou La Nouvelle Heloise*, publicado anterior ao *Emílio*, em 1761, é considerado um livro importante para compreender o pensamento rousseauiano sobre a educação das mulheres. Sabe-se que Wollstonecraft entrou em contato com essa obra e, inclusive, a cita em

sua *Reivindicação* (Cf. WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 53). Em *La Nouvelle Heloise*, Rousseau faz referência à história medieval de Heloísa de Argenteuil, um exemplo de mulher filósofa do século XII, que narra a sua vida através de correspondências com o filósofo Pedro Abelardo. Neste romance rousseauiano, é apresentado um contraponto moral e ético, ao passo em que, na versão do filósofo, a personagem Julie d'Étange é vista como uma “nova Heloísa”, isto é, ela encarna a maternidade e a virtude, em contraste com a Heloísa histórica, que preferia ser chamada, em suas correspondências, de “amante” do que esposa, por razões filosóficas e sociais (MONTROYA, 2010). Reforçando a hierarquia de gênero, a personagem Julie criada por Rousseau apresenta o ideal da virtude, transformando-a em uma espécie de espelho da educação burguesa para as mulheres. O romance apresenta a educação de Julie, educada para o lar e para as atividades domésticas, como a culinária e o bordado, e tinha um professor particular, o qual lhe apresentava os livros de bom gosto e bons costumes (*des livres de goût et de moeurs*) (ROUSSEAU, 1761, p.23)

Para Rousseau, a mulher deveria cultivar os conhecimentos práticos, considerados por ele como próprios do sexo feminino. No *Emílio*, é mencionado que quando as mulheres se queixam a respeito da desigualdade imposta pelo homem, ela estaria cometendo um equívoco, justificando que tal disparidade de direitos e, conseqüentemente, de sistemas educativos, não seria obra do preconceito, mas da *razão* (ROUSSEAU, 2022, p.456). Com o intuito de manter a ordem da sociedade, sob essa lógica rousseauiana, a mulher deve cumprir o seu papel doméstico, seria “sua destinação própria” (ROUSSEAU, 2022, p.457) e, para que a espécie se conserve, é preciso que a mulher tenha em todo de quatro filhos. Assim, ele estabelece uma relação entre a “mulher” e a “fêmea”, sublinhando um destino biológico, natural, quase que “animalesco” à figura da mulher, enquanto que o homem é associado à ideia de perfectibilidade e à cultura, em suma, “o macho é macho em certos momentos, a fêmea é fêmea durante toda a sua vida” (ROUSSEAU, 2022, 456). Ao estabelecer uma relação entre as fêmeas dos animais e as “fêmeas humanas”, Rousseau salienta que ambas são guiadas pelo instinto, porém, o que deteria as mulheres seria a *vergonha* ou *pudor* causado pela opinião alheia (ROUSSEAU, 2022, p.453).

Devido aos argumentos apresentados por Rousseau, Wollstonecraft encara o tema da educação como um dos primordiais na agenda iluminista. Há uma mudança de perspectiva no olhar da filósofa, como foi apresentado no Capítulo 1 da presente pesquisa, ao ressaltar a influência de Catharine Macaulay. Porém, assim como Macaulay, Wollstonecraft vislumbra em Rousseau, considerado um dos autores mais importantes e utilizado nas pautas da Revolução Francesa, como um interlocutor importante para apresentar seus argumentos a

favor das mulheres. Ao jogar luz nas teses “naturalistas” rousseaunianas e apresentar o teor preconceituoso, perpetuador de desigualdades, ela dá continuidade aos argumentos críticos de sua antecessora, Macaulay, centralizando o papel social das mulheres na esfera pública e fornecendo uma nova maneira de educá-la. Macaulay (1790, p.128-129), assim como Wollstonecraft, caracteriza Rousseau como um dos mais conspícuos defensores da diferença sexual e de caráter entre homens e mulheres e, por isso, seria de suma importância apresentar um diálogo direto com esse filósofo de tanta notoriedade. Assim como Rousseau, Wollstonecraft produz um texto importante para descrever como seria na prática uma educação ideal para as meninas: *Original Stories from Real Life*, publicada em 1788 e reeditada em 1796.

3.3 A Filosofia da Educação de Wollstonecraft em *Original Stories from Real Life*

Em seu tratado educacional e, também, literário, *Original Stories from Real Life* (1796), Wollstonecraft pretende abordar temas educativos usando diálogos e histórias para educar crianças sobre virtude, razão e moralidade. As personagens criadas pela filósofa, chamadas Mary, de 14 anos, e Caroline, de 12 anos, são filhas de pais abastados, porém perderam a mãe precocemente, sendo deixadas aos cuidados do pai. Este, porém, incapacitado de cuidar das crianças, as deixa sob a tutela de funcionários mal instruídos. Por conta da negligência na educação das meninas na primeira infância, ambas meninas teriam absorvido todos os preconceitos e vulgaridades dos servos que as criaram (WOLLSTONECRAFT, 1796, p.viii), sendo necessário reeducá-las de forma que adotassem novos hábitos e que conseguissem erradicar os preconceitos adquiridos. Mrs. Mason, a personagem que será a “voz” de Wollstonecraft na obra, é a tutora das crianças, que fica encarregada de educá-las. Todd (2000, p.126) em sua obra biográfica *Mary Wollstonecraft: A Revolutionary Life*, estabelece uma relação entre a personagem da professora com a própria Wollstonecraft, que havia trabalhado como tutora das filhas da família do Lord Kingsborough. A biógrafa reforça essa semelhança, ao mencionar, por exemplo, as cartas de Wollstonecraft fornecendo críticas à educação da aristocracia e a importância do respeito aos animais na educação das crianças, que é reiteradamente mencionado em *Original Stories*. Ademais, a ideia do aperfeiçoamento racional também é o foco da Mrs. Mason ao longo do processo educativo. Wollstonecraft

ressalta a importância dos bons hábitos e da instrução desde a tenra idade, de forma distinta ao que é proposto, por exemplo, em Rousseau, que a educação na primeira infância seria mais “espontânea”, com uma experiência natural mais forte. No entanto, de forma semelhante a Rousseau, a filósofa parte do pressuposto que a educação deve ser feita de forma gradual, ou seja, o conhecimento deve ser adquirido por meio de exemplos práticos e de acordo com cada faixa etária. Ademais, em Wollstonecraft (1796, p.v), o método baseia-se em diálogos racionais, ensinando as virtudes, explicando a natureza dos vícios, estabelecendo uma intervenção ativa no educando em todos os momentos, inclusive deixando-o livre para fazer perguntas durante todo o processo.

Bons hábitos, fixados de forma imperceptível, são de longe preferíveis aos preceitos da razão; mas, como essa tarefa exige mais discernimento do que geralmente cabe aos pais, devem-se buscar substitutos e administrar remédios quando um regime adequado teria resolvido o problema de forma muito melhor. Acredito que aqueles que examinarem suas próprias mentes concordarão prontamente comigo de que a razão conquistada com dificuldade os hábitos arraigados, mesmo quando alcançou certo grau de maturidade: por que, então, **permitimos que as crianças sejam acorrentadas com grilhões que suas faculdades ainda mal formadas não podem romper?** (WOLLSTONECRAFT, 1796, p. iii, tradução e grifos próprios)

Wollstonecraft apresenta, portanto, um método dialógico que pretende auxiliar tanto o professor quanto o aluno. A tendência dos tratados educacionais, como explica a filósofa, é de fixar princípios de verdade em bases sólidas. Contudo, ela enfatiza que o processo educativo não se limita a um manual, tendo em vista que “toda criança requer um modo diferente de tratamento” (WOLLSTONECRAFT, 1796, p. v), porém, o escritor só pode escolher um. Assim, cada tutor deve adaptar o seu percurso pedagógico de acordo com as características individuais das crianças e jovens que eles se deparam. Através dos contos (*tales*), os comportamentos, princípios morais e valores basilares para uma formação integral, podem ser ilustrados e transmitidos às crianças, as quais irão absorver, com o tempo, o que foi aprendido e aplicá-los e repassá-los quando a mente ganhar força suficiente (WOLLSTONECRAFT, 1796, p.v).

Ao longo do texto, a filósofa sinaliza, através da personagem da Mrs. Mason, o que deve ser evitado e adquirido na educação das crianças. Este será o principal tópico abordado durante toda a obra: o desenvolvimento da virtude ou, como é chamado por Wollstonecraft (1796, p.48), a alma da beleza (*soul of beauty*).

Para agradar a Deus, e nossa felicidade depende de agradá-lo, devemos fazer o bem. O que chamamos de virtude pode ser explicado assim: exercemos todo afeto benevolente para desfrutar do conforto aqui e nos prepararmos para ser anjos no futuro. E quando tivermos adquirido as virtudes humanas, teremos uma ocupação mais nobre no reino de nosso Pai. Mas entre os anjos e os homens existe uma semelhança muito maior do que entre os homens e os animais, porque os dois primeiros parecem capazes de melhorar. (WOLLSTONECRAFT, 1796, p. 12)

Assim como na *Reivindicação*, a filósofa enfatiza o alcance da virtude com o controle das paixões através da faculdade racional. É na primeira infância que cria-se uma base sólida de princípios que irão nortear a vida dos educandos, ou seja, assim como Rousseau (2022, p.7), Wollstonecraft concorda que esta é a fase mais importante da vida do indivíduo. É por meio dos exemplos práticos, que as crianças e, neste caso, as meninas, conseguem assimilar e aprimorar o conhecimento adquirido, isso porque a observação e a aplicação prática são melhor compreendidas pelas crianças. Seria a partir das práticas das afinidades juvenis que a *temperatura moral* seria formada, “é a recordação desses primeiros afetos e interesses que dá vida àqueles que posteriormente estarão mais sob a direção da razão” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.206)

A maneira de tornar o ensino mais útil nem sempre pode ser adotada; **o conhecimento deve ser transmitido gradualmente e fluir mais a partir do exemplo do que do ensino**: o exemplo aborda diretamente os sentidos, as primeiras entradas para o coração; e o aprimoramento desses instrumentos de compreensão é o objetivo que a educação deve ter constantemente em vista e sobre o qual temos mais poder. (WOLLSTONECRAFT, 1796, p.v)

Um tema reiterado pela preceptora ao longo do processo formativo de Mary e Caroline é o envolvimento delas com os animais. Por serem os primeiros seres que captam a atenção das crianças, quando os personagens das histórias são os próprios animais, por exemplo, elas não só se divertem, mas também possuem um melhor efeito sob o temperamento delas (WOLLSTONECRAFT, 1796, p. 11). A própria divisão de capítulos de *Original Stories*, traz a temática do tratamento com os animais como o tema principal nos três primeiros capítulos. Na *Reivindicação*, ao falar sobre o afeto pela humanidade, a filósofa elenca o amor aos pais, irmãos e irmãs e, também inclui os animais domésticos. A fim de exemplificação, pode-se mencionar um dos primeiros diálogos entre a tutora e as educandas no Capítulo 1 de Original

Stories, no qual a Mrs. Mason ressalta a necessidade de respeitar e amar os animais, já que são criaturas de Deus e, portanto, mereciam atenção e cuidado.

Você já ouviu falar que Deus criou o mundo e todos os seus habitantes. Ele é chamado de Pai de todas as criaturas; e todos foram criados para serem felizes, pois foram criados por um Deus bom e sábio. Ele criou os caracóis que você despreza, as lagartas e as aranhas; e quando os criou, não os deixou à mercê da morte, mas os colocou onde o alimento mais adequado para nutri-los é facilmente encontrado. Eles não vivem muito tempo, mas *Aquele* que é seu Pai, assim como o seu, os orienta a depositar seus ovos nas plantas que são adequadas para sustentar seus filhotes, quando eles não são capazes de obter alimento por si mesmos. E quando um Ser tão grande e sábio se preocupou em fornecer tudo o que é necessário para a criatura mais humilde, você ousaria matá-la, simplesmente porque ela lhe parece feia? (WOLLSTONECRAFT, 1796, p.3, tradução própria)

Para a filósofa inglesa, a questão da humanidade em relação aos animais deveria ser parte da educação nacional (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.217). Nas classes menos abastadas, argumenta a autora, a ternura e o respeito aos animais era mais frequente do que na burguesia, ou com ela própria, em um grupo “civilizado”. Ademais, respeitar os animais, na visão da autora, integra a ideia de respeito ao próximo como base fundamental, sem distinções. Segundo Wollstonecraft, a crueldade habitual em relação aos animais manifesta-se, inicialmente na escola, onde os meninos se divergem atormentando animais desprotegidos; ao crescerem, essa barbárie evolui facilmente para tirania sobre esposas, filhos e criados (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 218). Assim, para ela, a justiça ou a benevolência só se tornam forças efetivas quando abrangem *toda a criação*, sendo um axioma que quem observa a dor sem emoção aprende rapidamente a causá-la. Com isso, o exercício da compaixão torna-se um dos principais elementos nas histórias contadas pela Mrs. Mason, colocando os animais como protagonistas, salientando a dependência desses seres em relação aos seres humanos, por serem desprovidos de razão, mas são seres sencientes e, portanto, merecem todo o amor e respeito por parte dos seres humanos. Em um diálogo com suas estudantes, Mrs. Mason define a bondade como a capacidade de evitar ferir qualquer ser e, em seguida, esforçar-se para proporcionar o máximo de prazer possível (WOLLSTONECRAFT, 1796, p. 5). Em seguida, ela explica que, se insetos precisam ser destruídos para proteger o jardim, por exemplo, faz-se isso da forma mais rápida, para evitar o sofrimento; quanto aos animais domésticos, provê-lhes o melhor alimento e conforto, e, dessa forma, conseguiriam se assemelhar a Deus, praticando o bem (WOLLSTONECRAFT, 1796, p. 5)

Além da questão da virtude, um ponto crucial na filosofia de Wollstonecraft também é reforçado nesse texto: a importância do pensamento autônomo e da independência feminina. No Capítulo 16 e 17 de *Original Stories*, Mrs. Mason conta a história de uma professora da cidade chamada Anna Lofty. Esta personagem, que, assim como as meninas Mary e Caroline, perdeu a mãe quando jovem, era caracterizada como uma mulher gentil, virtuosa e que, com a morte da mãe, ficou responsável pelos cuidados com a família, ao passo em que “os princípios religiosos que sua mãe lhe inculcou regulavam suas noções de honra e elevavam tanto seu caráter que seu coração era governado pela razão” (WOLLSTONECRAFT, 1796, p. 115). Seu pai, que se endividou após a morte da esposa, levou a família à falência e tornou-se “amargo, facilmente irritável e quase odiava todo mundo cujos aplausos ele antes cortejava avidamente” (WOLLSTONECRAFT, 1796, p.116). A vida de sofrimento que inicia-se após a morte de sua esposa, culminou no suicídio do Mr. Lofty, o qual tirou a sua própria vida em frente a sua filha. Entretanto, Anna Lofty estava determinada a livrar-se da dependência pela qual viveu e, aos 18 anos, lutou para ganhar o seu próprio sustento, mesmo sendo impedida por conhecidos, que as lembraram constantemente das “misérias da pobreza, das humilhações e das dificuldades que teria de enfrentar” (WOLLSTONECRAFT, 1796, p. 120), por escolher viver de forma independente. Com isso, Wollstonecraft defende a emancipação feminina e, ao mesmo tempo, apresenta as dificuldades apresentadas no caminho até atingir a independência. Como explica Todd (2000 p.468), o desejo de Wollstonecraft para si e para as mulheres da sua época, está retratado na história de Anna Lofty, ou seja, uma vida independente, mesmo com todas as dificuldades inerentes à luta contra o pensamento hegemônico que restringe a autonomia feminina. Outro ponto salientado na história é o fato de Anna possuir uma pequena fortuna de herança do seu pai, mas não poder ter acesso apenas pela sua condição de mulher. Isto também ocorreu na Depois de diversas tentativas mal sucedidas, é através de Mrs. Mason que Anna Lofty consegue um cargo como professora, conquistando a tão sonhada independência e sendo bem-sucedida em seu trabalho com as crianças.

Ela vive sozinha e tem apenas a companhia das crianças durante todo o dia; no entanto, desfruta de muitos prazeres verdadeiros; a dependência de Deus é o seu apoio e a devoção o seu conforto. Os seus afetos vivos transformam-se, assim, num amor pela virtude e pela verdade: e estas especulações exaltadas conferiram uma dignidade invulgar aos seus modos; pois ela parece estar acima do mundo e das suas futilidades. (WOLLSTONECRAFT, 1796, p. 122)

Com isso, Wollstonecraft, através de histórias de pessoas comuns, evita uma linguagem excessivamente teórica e ressalta a importância dos exemplos na prática educacional. Como explica Richardson (2002), em *Original Stories* torna-se ainda mais evidente a influência rousseauiana na filosofia produzida por Wollstonecraft. Ela tenta superar o caráter idealista e utópico da tese rousseauiana e evita “conversas simuladas” e “rótulos morais” (RICHARDSON, 2002, p.29). Ademais, ela concorda com o filósofo genebrino que o ensino através de experiências empíricas, respeitando a individualidade e acompanhando o desenvolvimento infantil, seria o melhor caminho pedagógico a seguir.

3.4 O Debate sobre a Escolarização Pública no Século XVIII: O projeto de educação nacional em Wollstonecraft

Há, no século XVIII, uma concepção otimista do progresso da humanidade através dos avanços da ciência, da técnica e da razão, como explica Boto (2011). Em Roche (1988), é assinalado esse caráter de difusão de ideias, posicionamentos e disputas intelectuais no período iluminista. A questão da simplificação da linguagem passou a ser um instrumento poderoso na divulgação dessas novas perspectivas teóricas. Assim, passou-se a publicar textos mais simples de serem lidos, traduzidos para uma linguagem mais acessível ao grande público, “havia, no interior de tudo isso, uma dinâmica de convívio e agremiação social e intelectual que aproximava uns dos outros os homens de saber” (BOTO, 2011, p.157). Sob esta perspectiva, tem-se uma forte crença em um desenvolvimento contínuo, marcado por um *movimento da história progressivo*, como se o presente fosse melhor que o passado e, conseqüentemente, o futuro será melhor que o presente. Tal ideia de *aperfeiçoamento*, no entanto, foi contra-argumentada por alguns autores e apresentada de uma outra maneira em outros, como em Rousseau. As ideias iluministas não foram radicalmente inovadoras, mas também incluíram recapitulações e sínteses, como disse Todorov (2006, p.9), trazendo perspectivas inicialmente desenvolvidas na Antiguidade, Idade Média, Renascença, etc. Embora reconheça a *perfectibilidade*¹² como traço constitutivo da natureza humana, Rousseau

¹² Importante mencionar que Rousseau (1999) possui um conceito de “perfectibilidade” apresentado em seu *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Nele, Rousseau ressalta que o ser-humano, diferentemente dos animais, tem a capacidade de auto aperfeiçoamento.

rompe com sua interpretação progressista dominante no Iluminismo, ao evidenciar que essa faculdade, longe de garantir o aperfeiçoamento moral, pode também engendrar desigualdade, dependência e corrupção social. Nesse aspecto, como também observa Nunes (2021, p. 14), Wollstonecraft e Rousseau divergem. Enquanto em Rousseau, tem-se uma visão *negativa* do progresso humano na sociedade civil, já que, para ele, uma das consequências desses avanços progressivos da técnica, é a *decadência moral*, para Wollstonecraft, ao contrário, dá-se um outro caráter à capacidade de aperfeiçoamento. Para a filósofa, o “estame da imortalidade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.77) encontra-se nesse aperfeiçoamento, nessa abertura à esfera pública que se dá, primordialmente, através da educação.

O estame da imortalidade, se me permitem a expressão, é a perfectibilidade da razão humana; pois, se o homem fosse criado perfeito ou se, ao atingir a maturidade, surgisse dele um fluxo de conhecimento que impedisse o erro, eu duvidaria da continuidade de sua existência após a dissolução do corpo. Mas, no estado atual das coisas, cada dificuldade quanto à moral que escapa à discussão humana e desconcerta a investigação do pensamento profundo, assim como a brilhante intuição do gênio, é um argumento sobre o qual construo minha crença na imortalidade da alma. A razão é, conseqüentemente, o simples poder do aperfeiçoamento ou, para falar com mais propriedade, o poder de discernir a verdade. Nesse sentido, cada indivíduo constitui um mundo em si mesmo. Evidencia-se mais em uns do que em outros, mas a natureza da razão deve ser a mesma em todos, se o vínculo que une a criatura a seu Criador é uma emanção da Divindade. Pode uma alma que não se aprimora pelo exercício de sua própria razão levar a marca da imagem celestial? (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.77-78)

Há, portanto, uma relação entre a *perfectibilidade do intelecto* com a *perfectibilidade da alma*. Por meio dessa perspectiva positiva, se abriria um novo universo de possibilidades para homens e mulheres, ao passo em que, para a filósofa, o progresso da humanidade será iniciado a partir da criação de leis “deduzidas do exercício da razão” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.62) e quando a maioria parar de ser um mero pedestal da minoria.

Sua luta era, portanto, contra as desigualdades profundas da época, que criavam barreiras intransponíveis ao desenvolvimento racional dos grupos desfavorecidos. Ao escrever a sua carta ao político Talleyrand-Périgord, ela demonstra sua preocupação pelo fato de que a inspiração para a educação pública foi pensada a partir da obra *Emílio*. Sobre esse tema, Gunther-Canada (2003), explica que sua preocupação sobre uma aplicação do modelo rousseauiano de educação situa-se no fato de que, para Rousseau, a “dependência é um estado natural nas mulheres” (ROUSSEAU, 2014, p. 535), relegando-as ao papel de esposa,

enquanto que os homens seriam os detentores da cidadania e da esfera pública. A educação pública consiste, para Wollstonecraft, em uma instituição que deve assegurar “escolas diurnas para idades específicas, nas quais meninos e meninas sejam educados juntos”, além disso, para as crianças menores “dos cinco aos nove anos, a escola deve ser completamente gratuita e aberta a todas as classes (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.216-217).

Consoante com o espírito da época, Wollstonecraft formula uma crítica contundente ao modelo educacional vigente, salientando o caráter elitista e segregador, voltado a um gênero específico e sem considerar a sociedade em geral. Para ela, o formato de escola que estava sendo oferecido, apenas retroalimenta um sistema de opressões aos grupos mais desfavorecidos da sociedade, fomentando os obstáculos ao “progresso da virtude humana e o aperfeiçoamento do conhecimento” (WOLLSTONECRAFT, 2016. p. 63). A escola privada funcionava como “uma estufa de vícios e loucuras” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 206) que, ao invés de ter como finalidade o cultivo das virtudes e do conhecimento, torna-se o completo oposto, servindo como berço do egoísmo e do endurecimento das afeições e do entendimento. Em contraste com este déficit da educação privada, a filósofa acrescenta o fato de a educação nos primeiros anos de vida ter um efeito determinante na construção do caráter, e que, essas associações construídas ao longo da infância, raramente podem ser separadas pela razão na vida adulta.

[...] quando são educadas em casa, ainda que possam seguir um plano de estudo de maneira mais ordenada do que aquele adotado quando cerca de um quarto do ano é gasto na verdadeira ociosidade e outro tanto no pesar na expectativa, elas ali adquirem uma opinião demasiado elevada a respeito de sua própria importância, tendo permissão para tyrannizar os criados (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 206)

A filósofa aponta uma realidade enfrentada principalmente nos internatos ingleses, direcionados aos meninos mais abastados. Os futuros homens eram criados num ambiente viciado, de forma a reforçar um sistema de tirania e servidão entre os próprios semelhantes, o que seria extremamente prejudicial ao caráter moral. Assim como Rousseau, Wollstonecraft ressalta a quebra da vivacidade natural, em meio à uma educação extremamente restritiva, repetitiva e alienante, tornando-os “glutões e desleixados, em vez de cultivar os afetos domésticos” (WOLLSTONECRAFT, 2016. p. 206). Isto reforça um grande avanço no pensamento da filósofa em sua colaboração para a filosofia da educação com pautas

antisexistas, em termos contemporâneos. Ela irá reforçar a importância dos *afetos domésticos* para a construção do caráter dos meninos e das meninas.

A educação pública, de qualquer tipo, deveria ser dirigida para formar cidadãos, mas, se há o desejo de formar bons cidadãos, **deve-se primeiro exercitar os afetos de um filho e de um irmão**. Esse é o único caminho para expandir o coração, pois as afeições públicas, assim como as virtudes públicas, devem desenvolver-se sempre a partir do caráter privado, caso contrário serão simples meteoros que correm através de um céu escuro e desaparecem quando contemplados e admirados. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.209, grifo próprio)

Neste ponto, Wollstonecraft traz um elemento importante para a educação: a questão da *afetividade*. Este afeto seria dado, por exemplo, na relação entre pais e filhos, colocando os pais como elementos centrais no processo formativo, pois o que é sentido nessa relação familiar seria muito distinto dos outros afetos sociais. A educação ideal seria uma combinação entre a educação doméstica, através das *afeições domésticas*, “que primeiro abrem o coração” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.206), e, também, um dever do Estado, que deve fornecer um espaço seguro e apropriado ao desenvolvimento das *afeições públicas*, por meio do contato com outras crianças. A estimulação precoce das crianças, que gera uma "maturidade prematura" e impõe barreiras ao seu desenvolvimento natural, permite que elas "ousem falar o que pensam, sem medo de ser reprovadas por sua presunção nem ridicularizadas por seus disparates" (WOLLSTONECRAFT, p. 205-206).

Creio que poucos foram os que tiveram verdadeiro afeto pela humanidade sem amar primeiro seus pais, seus irmãos, suas irmãs e mesmo os animais domésticos, com os quais começaram a brincar. A prática das afinidades juvenis forma a temperatura moral; e é a recordação desses primeiros afetos e interesses que dá vida àqueles que posteriormente estarão mais sob a direção da razão. Na juventude, são formadas as mais afetuosas amizades, ao mesmo tempo que a energia jovial se instala, misturando-se gentilmente; ou melhor, o coração, temperado pela recepção da amizade, fica acostumado a procurar prazer em alguma coisa mais nobre do que a grosseira satisfação do apetite. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.207)

A partir de sua defesa enfática na reforma social através de um modelo educacional que contemple ambos os gêneros, a filósofa também direciona a sua crítica aos tutores particulares, na medida em que afirma que “talvez não haja no reino um grupo de homens mais dogmático ou amante do luxo do que os tiranos pedantes que residem nos seminários

presidem as escolas públicas” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.209). Para ela, os efeitos da boa educação são vistos a partir de um aperfeiçoamento gradual, acompanhado pelos professores em *estabelecimentos nacionais* e de forma *igualitária*. Isto é, a educação só será transformadora, quando vier a ser um *grande interesse nacional* (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.205). O cultivo da mente (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.211) deve ser posto em prioridade, ao invés da ênfase na mera performance e na necessidade de mostrar as habilidades adquiridas aos pais.

Tais exibições servem apenas para infundir as fibras da vaidade que se espalham por toda a mente, pois não ensinam as crianças a falar fluentemente nem a se comportar com graça. Estão tão longe disso que essas atividades frívolas poderiam compreensivelmente ser chamadas de estudo da afetação. Atualmente, é raro ver um menino simples e tímido, ainda que poucas pessoas de bom gosto tenham sido desagradadas por aquele acanhamento desajeitado tão natural da idade, que as escolas e a introdução prematura na sociedade transformaram em atrevimento e caretas. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.208-209)

Assim, a fim de estabelecer um contraponto à proposta do *Emílio*, na qual a criança seria acompanhada durante toda a vida por um adulto¹³ que exerce o papel de “bom governante” (*maître*), Wollstonecraft enfatiza a importância do contato das crianças com outras crianças, tanto meninas quanto meninos de diferentes classes sociais. Com o propósito de serem estimuladas e desenvolverem suas capacidades mentais desde a primeira infância, estas deveriam ser estimuladas a pensarem por conta própria e, através de um contato constante com suas próprias faixas etárias e um certo distanciamento da interferência adulta as fariam desenvolver um senso de autonomia.

Assim, para fazer dos homens cidadãos, duas providências naturais devem ser tomadas, as quais parecem conduzir diretamente ao ponto desejado, pois as afeições domésticas, que primeiro abrem o coração às várias modificações da humanidade, deveriam ser cultivadas ao mesmo tempo que às crianças seria permitido passar grande parte de seu tempo, em termos de igualdade, com outras crianças (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 206-207)

Segundo a filósofa, é necessário combinar a educação privada e a educação doméstica para se obter um resultado satisfatório a longo prazo. Os extremos seriam, portanto, igualmente prejudiciais à moralidade. A educação pública só se desenvolverá plenamente a partir da formação recebida no ambiente privado. A razão e a virtude só podem ser

¹³ Em Rousseau (2022, p.28), é salientado a ideia que um bom maître (governante, preceptor) deve ser jovem, a fim de estabelecer uma conexão com a criança desde a mais tenra idade.

construídas e desejadas num ambiente que contemple as afeições domésticas, responsáveis por expandir o sentido de humanidade e respeitar as mudanças ocorridas na sociedade, juntamente com o contato humano a partir das *afinidades juvenis*. Estas são responsáveis pelo construto moral na juventude, e tais sentimentos nobres construídos nessas relações interpessoais impactam positivamente no aperfeiçoamento gradual. Para Wollstonecraft, seria impossível uma criança desenvolver afeto pela humanidade e, conseqüentemente, estar pronta para se tornar um bom cidadão e cultivar o "entendimento", sem esse primeiro exercício de afeto com os seus semelhantes, seja irmãos, amigos ou outros familiares próximos. Em suma, as *afeições públicas* só são construídas a partir do *caráter privado* (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.210). Conseqüentemente, essa integração harmônica entre privado e público forma cidadãos virtuosos, capazes de contribuir racionalmente para o progresso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres— hora de devolver-lhes a dignidade perdida— e fazê-las, como parte da espécie humana, **trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo.** (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 67, grifos próprios).

Através do que foi apresentado na presente dissertação, é possível concluir que Mary Wollstonecraft foi, e continua sendo, um nome de exímia importância no debate sobre desigualdades estruturais que limitavam o acesso à educação, especialmente para as mulheres, defendendo uma educação que promovesse a igualdade real e a *emancipação social*. Esse contraste entre as perspectivas de Rousseau e Wollstonecraft evidencia a complexidade do debate sobre a educação e a desigualdade no Iluminismo, indicando a necessidade de refletir sobre os fundamentos e os objetivos da educação em uma sociedade em transformação. Wollstonecraft transcende as visões segregadoras de Locke, por exemplo, ao defender uma educação que harmoniza âmbitos público e privado, promovendo o aperfeiçoamento moral, físico e racional desde a infância, combatendo limitações corporais, punições severas às meninas e vícios transmitidos pelo âmbito privado.

Em seus textos são abordados temas pedagógicos diversos, principalmente a respeito da *forma de olhar e pensar* a infância. Seguindo os passos rousseauianos, a filósofa salienta a limitação corpórea nos bebês, através da utilização de faixas e de outras formas de limitar o movimento corporal (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.64). Além disso, questões como a importância da amamentação, da higiene e do contato com a natureza no cuidado dos bebês e das crianças são temas transversais ao seu modelo de educação ideal. Para Wollstonecraft, as meninas recebiam uma educação muito mais severa, baseada na punição. Com isso, desde cedo, as meninas são tratadas como uma espécie de “propriedade” e, ao serem objetificadas, são impossibilitadas de exercerem atividades mais enérgicas, enfraquecendo-as mentalmente e corporalmente. Wollstonecraft pensa, portanto, uma educação que evite os dois extremos do público e do privado, os quais seriam igualmente danosos à moralidade. Sob sua perspectiva, ao repensar a infância e a escolarização, cria-se a possibilidade de reflexão de um *estado social e político* propício para o *cultivo da razão* e das *virtudes*. Em seu ideal de educação

pública, a autora preconiza a formação de bons cidadãos, sem os vícios que já eram apresentados na sociedade da época, os quais eram transmitidos, principalmente, por conta da educação privada.

Ao contrário de Burke, ela conecta *reforma política à reforma educacional*, atribuindo à Revolução Francesa um potencial transformador via razão — apesar da violência herdada do Ancien Régime —, e exigindo governos inclusivos com códigos jurídicos acessíveis para superar exclusões sistêmicas. Assim, as rápidas e profundas mudanças, as mortes em massa, contrastavam com a valorização da razão, a qual, segundo ela, seria o único guia seguro para direcionarmos a conclusões justas e favoráveis para a grande massa.

Na França, como ela explica em sua obra de 1792, houve, uma espécie de *cortesia natural*, uma pequena dose de liberdade civil, enquanto que a liberdade política era nula. A possibilidade de ascensão política por parte dos menos abastados era inviabilizada pelo próprio sistema, concebido *pelos e para os* detentores do poder. Havia, portanto, um impedimento no alcance de uma *liberdade* no sentido prático. Para a filósofa inglesa, a função basal do governo consiste na eliminação das desigualdades sistêmicas presentes na sociedade. Nesse sentido, caso o governo incorpore em sua essência um viés segregador, manifestado por meio de um projeto político que promova a exclusão, estabeleça barreiras institucionais ou imponha normas que dificultem o aprimoramento da maioria dos cidadãos, tal governo deve ser considerado tirânico e monstruoso. Somente por meio da implementação de políticas que beneficiem a grande maioria será possível que esses indivíduos superem a condição de estarem em uma posição desvantajosa na sociedade.

Com isso, ao investigar o seu contexto histórico e político e propor uma reforma do pensamento educacional de sua época, Wollstonecraft procura destacar a importância do *aperfeiçoamento racional* como pilar da virtude e da perfectibilidade humana, interligados à religião e à concepção teológica da alma. Wollstonecraft não defende meramente os direitos das mulheres de classe média em detrimento das demais, mas *prioriza* essa classe como alvo privilegiado de melhoria, por menos corrompida que os aristocratas. Ao investigar o cerne educacional de Wollstonecraft, isto é, o aperfeiçoamento racional como pilar virtuoso e religioso, sua estratégia pragmática reforça a educação como *via inclusiva* para emancipação ampla, transcendendo classes e estendendo o olhar crítico às oprimidas, alinhando *razão à justiça social plena*. Em sua defesa veemente da educação, transmitida com paixão, mas ancorada em argumentos incisivos, emerge a mensagem central: vislumbrar um futuro para as mulheres por meio do pensamento crítico, da autonomia financeira e da independência. Assim, ela lega às contemporâneas e às gerações futuras um imperativo claro: a emancipação

feminina é uma conquista exclusiva da educação, e para que esta cumpra o seu papel social, deve ser de *qualidade, universal e pública*.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da Educação. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Tradução de Thomaz Kawauche; revisão técnica de Thiago Vargas. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Julie ou La nouvelle Héloïse: lettres de deux amants habitants d'une petite ville au pied des Alpes recueillies et publiées par Jean-Jacques Rousseau*. [S. l.]: [s. n.], 1761. Disponível em:

https://archives.ecole-alsacienne.org/CDI/pdf/1301/130128_ROU.pdf

LOCKE, John. Some Thoughts Concerning Education (1693). Ed, John and Jean S, Yolton, Oxford, 1986.

MACAULAY, Catharine. Letters on education. Dublin: Chamberlaine and Rice, 1790.

WOLLSTONECRAFT, Mary. A Vindication of the Right of Men and A Vindication of the Rights of Woman. Oxford: Oxford University Press, 1993.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *An historical and moral view of the origin and progress of the French Revolution*. Liberty Fund, 1794.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Letters written during a short residence in Sweden, Norway, and Denmark. London: Cassell & Company, Limited, 1889.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Original Stories from Real Life; with Conversations Calculated to Regulate the Affections, and Form the Mind to Truth and Goodness. Altenmuster: Jazzy Bee, 2018a.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos Direitos da Mulher. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Vindication of the Rights of Men. Em M. Wollstonecraft, J. Todd, & M. Butler (Eds.), *The Works of Mary Wollstonecraft* (Vol. 5, pp. 7-60). London & New York: Routledge, 2016b.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *The female reader: or miscellaneous pieces in prose and verse; selected from the best writers, and disposed under proper heads; for the improvement of young women*. Londres: J. Johnson, 1789.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Thoughts on the Education of Daughters*. Altenmuster: Jazzy Bee, 2025.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA:

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Elisabeth Badinter; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BERGÈS, Sandrine; BOTTING, Eileen Hunt; COFFEE, Alan. (2019). *The Wollstonecraftian Mind*. London: Routledge.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CABRAL, Maria W.; MACEDO, Luiza de S. L. Os feminismos como (des)construção dos Direitos Humanos: a importância de filósofas modernas na resistência ao iluminismo misógino. *Revista Fronteiras e Debates*, Macapá, v. 7, n. 2, 2020.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: narrativas e histórias da cultura francesa do Antigo Regime*. São Paulo: Edusp, 2014.

DZIELSKA, Maria. *Hipatia de Alexandria*. Madrid: Ediciones Siruela, 2004.

FRAZER, Elizabeth. Mary Wollstonecraft and Catharine Macaulay on education. *Oxford Review of Education*, v. 37, n. 5, p. 603-617, 2011.

NUNES, Sarah Bonfim. *O papel da razão na emancipação feminina: Mary Wollstonecraft e sua Reivindicação*, 2021.

NODDINGS, Nel. *Caring: a feminine approach to ethics and moral education*. Berkeley: University of California Press, 1986.

BERQUÓ, Thirzá Amaral. Aspásia de Mileto: Mulher e Filosofia na Atenas Clássica I. In: PACHECO, Juliana (org.). *Filósofas: a presença das mulheres na filosofia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

BONFIM, Sarah. Os direitos dos ingleses versus os direitos dos homens: a resposta de Mary Wollstonecraft a Edmund Burke. Trabalho apresentado no XIII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, São Paulo, 25-29 set. 2023.

BOTO, Carlota. Civilizar a infância na Renascença: estratégias de distinção de classe. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, v. 2, n. 2, 2009

BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. 2011. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 86, p. 155-171, 2003.

BOTTING, E. H. *Wollstonecraft, Mill, & Women's Human Rights*. New Heaven & London: Yale University Press, 2016.

BLOCH, Jean . “Discourses of Female Education in the Writings of Eighteenth Century French Women”. In: S. Knott; B. Taylor (eds). *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

BRODY, M. *Mary Wollstonecraft: mother of women's rights*. Oxford & Nova York: Oxford University Press, 2000.

COHEN, Michèle. ‘To think, to compare, to combine, to methodise’: Girls’ Education in Enlightenment Britain”. In: S. Knott; B. Taylor (eds). *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

ESCALLIER, Christine. Olympe de Gouges: uma humanista sob o terror. *Revista Gênero na Amazônia*, Belém, n. 2, p. 225-237, 2012.

FONTES, Janaina Gomes. *A voz materna: Mary Wollstonecraft e Michèle Roberts*. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Literatura), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FRATESCHI, Yara. Filosofia e humanidades: as blindagens de uma historiografia sexista. *Discurso*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 28-44, 2022.

GARCIA, Ronaldo. John Locke: por uma Educação Liberal. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 47, p. 363-377, set., 2012.

GILLIGAN, Carol. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.

GODWIN, William. *Memoirs of the Author of a Vindication of the Rights of Woman*. London: printed for J. Johnson, no. 72, St. Paul's Church-Yard; and G.G. and J. Robinson, Paternoster-Row, 1798.

GOUGES, Olympe de. *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/DeclaraDirMulherCidada1791RecDidaPESSOALJNETOpdf>. Acesso em: 02 set. 2025.

GREEN, Karen. When is a contract theorist not a contract theorist? Mary Astell and Catherine Macaulay as critics of Thomas Hobbes. In: *FEMINIST INTERPRETATIONS OF THOMAS HOBBS*. Pennsylvania State University, 2012.

GREEN, Karen. Catharine Macaulay. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2020 Edition, 2020.

GREGORY, John. *A Father's legacy to his daughters*. London: Printed for T. Cadell and W. Davies [et al.], 1808.

GUNTHER-CANADA, W. Cultivating Virtue: Catharine Macaulay and Mary Wollstonecraft on Civic Education. *Women and Politics*, v. 25, n. 3, p. 47–70, 2003.

HENRIQUES, F. Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2010.

HILL, Bridget. The links between Mary Wollstonecraft and Catharine Macaulay: new evidence. *Women's History Review*, v. 4, n. 2, p. 177-192, 1995

HILL, Bridget. *Women Writers and the Early Modern British Political Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

JONES, Vivien (ed). *Women and Literature in Britain 1700-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

JONES, Vivien. “Mary Wollstonecraft and the literature of advice and instruction” in Claudia Johnson (ed.), *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?. trad. Luiz Paulo Rouanet, Brasília, Casa das Musas, 2008.

KANT, Immanuel. Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. Lisboa: Edições 70, 2012.

KNOTT, Sarah; TAYLOR, Barbara (org.). *Women, gender and Enlightenment*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

LOCKE, J. Ensaio político. Organizado por Mark Goldie. Tradução: Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2007

LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación*. Madrid: Akal, 1986.

MACAULAY, Catharine. “To Mary Wollstonecraft”. 30 December 1790 [manuscript]. In *The Pforzheimer Collection of Shelley and his Circle*. The New York Public Library, Astor, Lenox and Tilden Foundations. Apud Bridget Hill. “The Links between Mary Wollstonecraft and Catharine Macaulay: new evidence”. *Women's History Review*, vol. 4, n. 2, 1995, 178.

MANACORDA, Mario. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MELLOR, Anne K. Mary Wollstonecraft's *A Vindication of the Rights of Woman* and the women writers of her day. In: JOHNSON, Claudia L. (ed.). *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Tradução de Pedro Madeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. (Coleção Saraiva de Bolso). Disponível em: <https://efabiopablo.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/02/sobre-a-liberdade-col-saraiva-de-bolso.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. In: *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo, Editora Boitempo, 2016.
- MORGAN, S. M. Aspects of Mary Wollstonecraft's religious thought. Dissertação (Mestrado em Artes) - The University of Waikato, Hamilton, 2007.
- NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. Locke e a formação do gentleman. *Ixtli: Revista Latinoamericana de Filosofía de la Educación*, v. 1, n. 2, p. 239-256, 2014.
- O'BRIAN, Karen. *Women and Enlightenment in Eighteenth-Century Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- OKIN, Susan M. *Women in Western Political Thought: with a new introduction by Debra Satz*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2013.
- O'NEILL, Eileen. Disappearing ink: Early modern women philosophers and their fate in history. In: KOURANY, Janet A. (Ed.). *Philosophy in a feminist voice: Critiques and reconstructions*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- PIZAN, Christine de. *A cidade das mulheres*. São Paulo: Editora 34, 2024.
- POOVEY, Mary. *The proper lady and the woman writer: ideology as style in the works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley, and Jane Austen*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- PRICE, Richard. *A discourse on the love of our country*. London: [s.n.], 1790.
- RENDALL, Jane. *The Origins of Modern Feminism: Women in Britain, France and the United States, 1780-1860*. Hampshire, New York: Palgrave, 1985.
- REUTER, Martina. "Like a Fanciful Kind of Half Being": Mary Wollstonecraft's Criticism of Jean-Jacques Rousseau. *Hypatia* vol. 29, no. 4, 2019.
- RICHARDSON, A. "Mary Wollstonecraft on Education". In: JOHNSON, C. L. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- ROCHE, Daniel. *Les républicains des lettres: gens de culture et lumières au XVIIIe. Siècle*. Paris: Fayard, 1988.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: precedido de Discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SAPIRO, V. *A Vindication of Political Virtue: the political theory of Mary Wollstonecraft*. Chicago & Londres: Chicago University Press, 1992.
- SAPIRO, V. Virtue. In: BERGES, S.; BOTTING, E. H.; COFFEE, A. (Eds.) . *The Wollstonecraftian Mind*. New York: Routledge, 2019.

- SANTOS, Mariana Dias Pinheiro; GONÇALVES, Rodrigo Matos da Silva; BALIEIRO, Marcos. O legado de um pai para suas filhas. John Gregory. *Prometeus*, São Cristóvão, v. 14, n. 40, p. 224-257, set./dez. 2022.
- SILVA, Denise Ferreira da. Homo modernus. Para uma ideal global de raça. Tradução de Jess Oliveira e Pedro Daher. Rio de Janeiro: Cobogó, 2002.
- STUART, Charlotte. Mary Wollstonecraft's A vindication of the rights of men: a rhetoric reassessment. *Western Journal of Speech Communication*, v. 42, n. 2, p. 83-92, 1978.
- TALLEYRAND-PÉRIGORD, C.-M. Rapport sur l'instruction publique, fait au nom du Comité de Constitution à l'Assemblée nationale, 1791.
- TAYLOR, Barbara. The religious foundations of Mary Wollstonecraft's feminism. In: JOHNSON, Claudia L. (ed.). *The Cambridge companion to Mary Wollstonecraft*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- TODD, J. *Mary Wollstonecraft: a Revolutionary Life*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2000.
- TODOROV, Tzevtan. *L'esprit des Lumières*. Paris: Robert Laffont, 2006.
- TOMASELLI, Sylvana. Mary Wollstonecraft. In: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (eds.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Spring Edition, 2025.
- ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2008.